

8 de Fevereiro 2021  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 245  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



ACUSAÇÃO DE CONCORRENTE NA GESTÃO DO PORTO DE LUANDA

# Comissão de avaliação alterou regras para beneficiar DP World

## Contestação no Supremo para anular concurso público

**CONFLITO.** Apesar de o Governo ter assinado o contrato de exploração do terminal multiusos do Porto de Luanda com a DP World, em Janeiro, o processo está longe de estar encerrado. Documentos na posse do VALOR, e que são revelados em exclusivo, confirmam a contestação, no Tribunal Supremo, dos resultados que ditaram a vitória da empresa do Dubai. A comissão de avaliação é acusada de ter alterado as regras do concurso público, além de manipular as contas e os critérios para beneficiar um dos concorrentes, no caso, a DP World. Págs. 8 e 11

VENDA À VISTA

### Comércio tem 6 propostas para a compra do Kero

Pág. 12



Arnaldo Calado, presidente da Câmara de Comércio Angola-China

### "A corrupção está a esconder-se na burocracia"

**ENTREVISTA.** Presidente da Câmara de Comércio Angola-China faz um balanço arrasador de 2020, receia fazer previsões antes do segundo semestre e acredita que a corrupção tem novas formas. Pág. 4 a 6

OPINIÃO

António Vieira,  
ex-director  
da Cobalt Angola



### O fim da Era do petróleo

Pág. 23

# O CAFUNFO E O PORTO DE LUANDA

1. É de política que tratamos primeiro. O desnorte do MPLA está a aproximar-se de níveis que, estranhamente, vão produzindo sentimentos de comiserção. Mete pena hoje ver o partido que governa o país há mais de 45 anos servir-se do mais raso discurso político para atacar adversários. É perturbador assistir ao MPLA a inscrever oficialmente o racismo e a xenofobia como argumentos do combate político. Mais conflagrador o é se tivermos em conta a sua própria génese.

Nenhum outro partido em Angola germinou com a influência de descendentes directos de estrangeiros, nomeadamente de portugueses, como o MPLA. E hoje, no seu seio, entre governantes e militantes de proa que ocupam cargos estratégicos em todas as instituições do país, abundam descendentes directos de estrangeiros e/ou portadores de pelo menos dupla nacionalidade. A tentativa de oficialização do racismo e de outras práticas afins é, no fundo, das contradições mais graves entre os alicerces fundacionais dos 'camaradas'. Daí que se torne incompreensível o silêncio comprometedor dos próprios intelectuais do MPLA, muitos dos quais portadores de dupla nacionalidade. Muitos dos quais com mulheres, maridos, filhos, netos e sobrinhos ou descendentes de estrangeiros ou portadores de dupla nacionalidade ou as duas coisas juntas.

O comunicado do partido no poder, na sequência do massacre de Cafunfo, deveria merecer assim o repúdio inequívoco e veemente das mentes esclarecidas no MPLA. Pelo menos na parte que desavergonhadamente incita o ódio contra as lideranças da Oposição, por causa das suas origens. Os intelectuais do MPLA deveriam soltar-se das amarras do medo e da cobardia e demarcar-se da incitação ao racismo e ao ódio, como o partido oficialmente o fez. É tempo de esses intelectuais pararem de fingir que não percebem que a cultura do medo e da cobardia, que perdura no MPLA, é também um sério obstáculo ao progresso dos angolanos, o mesmo que supostamente também almejam. Definitivamente, é tempo de colocarem o país acima do partido e dos seus 'deuses'. Ainda se vai a tempo.

2. Agora falemos de transparência. Ao contrário do que se pensava, o dossier sobre a entrega do terminal multiusos do Porto de Luanda à empresa DP World não está fina-

lizado. Pelo menos é o que entende uma das empresas vencidas. Ao que o VALOR estampa esta semana, o Governo ignorou duas providências cautelares que deram entrada no Tribunal Supremo a contestar os resultados do concurso público que classificaram a DP World em primeiro lugar. É uma decisão, no mínimo incompreensível.

Afirmar que a segurança jurídica é um factor de atracção do investimento, sobretudo o estrangeiro, é um lugar-comum. Ora, um governo que clama pela entrada de investidores não pode antecipar-se aos tribunais e decidir a favor de uma das partes. Isto só é possível por arrogância pura, por estupidez ou pela certeza antecipada da decisão do juiz. Qualquer das duas primeiras hipóteses é grave, mas a terceira é pior porque esclarece que não existe qualquer segurança jurídica. Demonstra que toda a estrutura jurídica e judicial é 'fake' porque funciona ao sabor do Governo.

A contradição e o desnorte não estão apenas no ataque aos adversários políticos.



## FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**ROBERTO MARTINS,**  
director comercial e  
das concessões do Porto  
de Luanda

### Qual é a actual situação dos catamarãs?

Os barcos são feitos para navegar. No entanto, como se sabe, as embarcações para o transporte de passageiros neste momento estão paradas.

### Que prejuízos essa paragem acarreta?

As embarcações não são directamente geridas pelo Porto, mas sim pela Secil. É a esta empresa a quem cabe falar dos prejuízos financeiros decorrentes da inactividade. De qualquer forma, as embarcações estão paradas e não fazem o transporte de passageiros. Requerem sempre a manutenção e a nossa área técnica deverá responder a uma manutenção de fundo quando voltarem a operar.

### E tem ideia do horizonte para as embarcações voltarem à actividade?

Só a ela cabe dizer quando voltarão a fazer-se ao mar.

## 02 TERÇA-FEIRA

O Ministério da Indústria e Comércio anuncia que está a investigar o “excedente de farinha de trigo e de milho” no mercado por constatar “indícios” de que os produtos tenham entrado em Angola “à margem” das normas de importação.

## 03 QUARTA-FEIRA

A Procuradoria-Geral da República apreende, no âmbito de um processo de investigação por peculato e branqueamento de capitais, uma aeronave da Força Aérea ao serviço do Banco Bic, mas o banco nega quaisquer irregularidades.

## 04 QUINTA-FEIRA

A nova nota de cinco mil kwanzas, da série 2020, é colocada em circulação e vai coabitar temporariamente com a série antiga.



## SEGUNDA-FEIRA

O Ministério das Finanças anuncia que vai realizar um diagnóstico da gestão das finanças públicas, através de um mecanismo apoiado pelos parceiros internacionais.

## 05 SEXTA-FEIRA

O presidente da Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (Casa-CE) anuncia a saída da liderança da segunda maior força da oposição, a pedido de quatro dos seis partidos que integram a coligação.



## 06 SÁBADO

O Governo anuncia o encerramento da junta de saúde em Portugal, a partir deste mês, após uma auditoria em que se concluiu que houve vários abusos no uso deste mecanismo.



## 07 DOMINGO

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) entrega, em Luanda, apartamentos e lojas a 12 clientes vinculados ao projecto BCI Imobiliária.



## COTAÇÃO



### PETRÓLEO CADA VEZ MAIS ANIMADO...

O petróleo começou a semana no positivo, diante do optimismo da recuperação da economia mundial, após retraino no ano passado por conta da pandemia. O Brent, referência às exportações do país, subiu 1,49% para os 60,45 dólares nas entregas de Abril. E o WTI avançou 1,76%, tendo negociado as entregas de Março nos 57,85 dólares.



### BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA...

No mesmo sentido esteve a bolsa europeia, fruto das fusões e aquisições desencadeadas pela esperança de rápida recuperação dos mercados. As acções da Dialog subiram 16%, o maior registo dos últimos 20 anos. O índice pan-europeu STOXX 600, após acumular uma valorização de 3,5% na semana anterior, registou crescimento de 0,3%. Já o índice DAX subiu 0,02%, a 14.059,91 pontos, e o Financial Times cresceu 0,53%, para os 6.523,53 pontos.

# Entrevista

MANUEL ARNALDO CALADO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO ANGOLA-CHINA

## “O chinês precisa apenas que o seu passado seja valorizado e que se abram mais caminhos”

Entre os vários constrangimentos que impedem a atracção do investimento estrangeiro, e particularmente o chinês, Arnaldo Calado destaca a burocracia. E não tem dúvidas, por exemplo, de que é aí onde agora se esconde a corrupção. Defensor de um perdão total da dívida angolana à China, o economista que preside à CCAC tem uma certeza: o chinês quer investir em tudo.

Por César Silveira

**O** balanço de 2020 da Câmara de Comércio Angola-China (CCAC) certamente foi negativo, devido à pandemia, ou pode caracterizá-lo de outra forma?

O balanço foi vergonhoso, foi mau em todo o mundo. Somos uma câmara de negócio e todos os negócios foram quebrados pela covid-19. Não há, na nossa perspectiva, nada que se possa comparar a 2020. Foi, talvez, o pior ano de qualquer pessoa que faz negócio ou de qualquer ser humano.

**Mas, no caso concreto, não terá sido também por a pandemia ter encontrado a economia do país já fragilizada?**

Já vínhamos com alguma dificuldade, mas tínhamos planeado, para 2020, justamente a recuperação. Tínhamos encontrado fórmula de recuperação, mas, infelizmente, a pandemia veio inesperadamente acabar com aquilo que era a nossa perspectiva. Portanto, além da crise

económica, foi fatal a covid-19, porque começou justamente na China e isto causou alguns constrangimentos. No princípio, só para o chinês aparecer no gabinete de alguém já era um problema e este tipo de situações não demorou dias, demorou meses. Quando demos conta, o ano tinha terminado.

**O que tinham perspectivado?**

Tínhamos previsto, para 2020, 3.350 empregos directos e 2.510 indirectos. No caso de empresas chinesas, estávamos a mobilizar 3.500. Tudo isso caiu para 18 empresas e 21 projectos, quando tínhamos perspectivado 1.350. Já os empregos directos caíram para 114 e os indirectos para 86.

**Está a referir-se a números alcançados, face ao que estava perspectivado, e não a quebras, face ao que existia, certo?**

Estamos a falar do que tínhamos planeado e o que alcançámos. Em relação às empresas que existiam, chegámos a ter quase 200 mil chineses e, de repente, passámos a ter menos de mil. Por aí, pode ver o tombo que Angola e a África sofreram com esta pandemia.

**E em relação a empresas que encerraram?**

Não temos os números agora.

**Mas, antes da covid-19, muitos já estavam a abandonar o país por causa, por exemplo, da crimina-**

**lidade e há também quem tenha mudado de mercado devido à nova abordagem política ou diplomática, depois das eleições de 2017, não?**

No princípio, a comunidade chinesa e os empresários chineses ficaram com estes temores, porque um grupo pequenino, mas muito pequeno mesmo, estava muito ligado a alguns cidadãos. Estavam amarrados a estes cidadãos e fizeram com que de patrão passassem a quase empregados desses cidadãos. E o que aconteceu é que até as suas dívidas não eram liquidadas, porque a dependência destes empresários a estes cidadãos era quase total. Depois começaram a ter dificuldades nos pagamentos, nos reembolsos de capitais investidos e isso, obvia-

mente, criou alguma desmotivação. Mas a mudança de embaixador (o novo embaixador da China é uma pessoa de bom trato, um bom diplomata, ao contrário do seu antecessor) também facilitou as negociações com alguns departamentos governamentais e as coisas ficaram clarificadas. Havia muitos números diferentes. Dependendo do lado em que se estivesse, ouvia-se um valor da dívida. Se fosse do lado do Governo, ouvia-se um valor; se fosse do lado dos empresários chineses, ouvia-se outro; se estivesse do lado da embaixada, ouvia-se outro valor. Havia muita confusão. Hoje, felizmente, esta situação, parece-me, ficou ultrapassada. Foram negociações difíceis, mas com conclusões satisfatórias.

**E o que a câmara fez na altura para impedir situações como as que revelou, de quase exploração de empresários chineses?**

Nada.

**Porquê? Não tinha capacidade para abordar o tema?**

Não tinha. Certamente, domina tão bem quanto eu como é que a África funciona. O que aconteceu do nosso lado foi sofrermos alguns despezos. Foi criada uma outra câmara com a mesma denominação. Enquanto tomávamos posse na nossa sede em Talatona, uma boa parte dos nossos governantes foi assistir à tomada de posse de uma câmara qualquer denominada também Angola-China, no Epic Sana, chefiada por chineses para que a nossa não avançasse. Infelizmente, este é um momento que passámos mas foi ultrapassado. Conseguimos, com calma e tranquilidade, fazer com que a nossa câmara completasse os cinco anos e sempre no auge. Os chineses conseguiram acreditar em nós, conseguimos fazer com que olhassem para a câmara como o ente importante, mas temos de registar que houve este tipo de problemas.

**E não fizeram denúncias como esta que está a fazer agora porquê?**

A câmara é uma câmara de negócio e não política, então decidimos fazer bem o nosso trabalho, evitar confrontos porque assim chegaríamos aos patamares que pretendíamos. Felizmente, conseguimos conquistar os empresários chineses e hoje somos uma câmara credível dentro da comunidade chinesa tanto em Angola como na China, assim como vários países africanos que têm a nossa câmara como referência.



Mário Mujites © VE

“Além da crise económica, foi fatal a covid-19, porque começou justamente na China e isto causou alguns constrangimentos. No princípio, só para o chinês aparecer no gabinete de alguém já era um problema.”

**Os empresários chineses mais poderosos financeiramente não estavam na vossa câmara, foi isso?**

No princípio não estavam por causa desta situação que contei, mas depois acabaram por entrar e para nós o que interessa é o fim.

**O CIF, uma das referências entre as empresas chinesas em Angola, não estava na vossa câmara?**

Nunca estive e nem poderia estar.

**Porquê?**

Estava muito ligada a situações que batiam de frente com aquilo que são os princípios de uma câmara de comércio.

**Por exemplo?**

Estava muito politizada. Eu conhecia bem o dono, não era possível ele ser membro da câmara.

**Enviou, recentemente, uma carta à embaixada da China, sugerindo o início de uma nova era na relação entre os dois países e defendeu o perdão total da dívida de Angola. Mantém este pensamento?**

Sim, mantenho. Quem manda uma carta para a embaixada da China, manda para o governo chinês. Continuo a pensar que o governo chinês pode começar uma nova era e, se eu fosse conselheiro do governo chinês, aconselharia no sentido de parar com a dívida, começando uma nova era. Sentarem as duas partes para definir em que áreas exactamente a China pode ajudar e que áreas Angola exactamente precisa de ajuda. Tenho a certeza que todos ficariam satisfeitos. A China já perdou muitas dívidas no mundo. Mas é um assunto que tem de ser discutido com tempo, é um assunto de governos, ultrapassa-me, dei apenas uma opinião.

**Não obteve resposta desta carta?**

Não, é uma opinião que ficou registada como opinião.

**Considera possível o perdão total quando sabemos que parte considerável da dívida não é com o Estado mas com instituições privadas chinesas ou a sua sugestão é apenas para a dívida para com o Estado?**

Quando falo em perdão, é total. Quer dizer que aquelas dívidas contraídas pelo governo aos empresários, o governo chinês cobriria, mas, como é uma opinião, é melhor não ficarmos a discutir, vamos discutir outras coisas. Sei que houve discussões entre o Governo angolano e o



Mário Nijettes © VE

**PERFIL**

Nascido a 25 de Dezembro de 1958, Manuel Arnaldo de Sousa Calado é licenciado em Economia, pelo Instituto Técnico Superior de Lisboa. Foi Presidente do Conselho de Administração da Endiama até 2008. Neste mesmo ano foi eleito presidente da União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC). Depois de ter sido reeleito em 2015, renunciou ao cargo em 2016, evocando “imperativos profissionais decorrentes da implantação imediata da Câmara de Comércio Angola-China”. Ainda em 2016 é empossado presidente da referida câmara e, em 2020, como presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria de Angola (FCCIA).

chinês e chegou-se a uma plataforma de solução de todos problemas que haviam, de alguma incompreensão, números desfasados. Isso ficou resolvido. Não me pergunte como, porque não participei, mas estivemos nos bastidores.

**Acredita que voltaremos a ter no país tantos chineses quanto já tivemos, mais de 200 mil?**

Nem é isso que interessa. Tínhamos quantidade exagerada, vamos ter

com certeza uma qualidade melhor. Vamos ter de facto só empresários, só investidores, só financiadores. Não teremos aqui empregados. Teremos, talvez, especialistas, mas não empregados de base, penso que essa era já passou.

**E empresário de qualidade está confiante em vir para Angola?**

Continuam confiantes. Estavam habituados a uma determinada temática, uma determinada forma de funcionamento, mas hoje já confiam mais. É verdade que ainda temos um problema, que é a burocracia a que eles não conseguem habituar-se. Aliás, qualquer empresário não se habitua à burocracia. É uma luta que o executivo tem vindo a levar a cabo. Se conseguirmos ultrapassar a burocracia, os investidores, não só chineses, mas de qualquer parte do mundo estarão mais disponíveis. Nós, no mundo, não estamos sozinhos à procura dos chineses. Toda África, todo mundo está a procura deles. Se eles vão a um país onde tudo pode ser tratado ao telefone ou no computador em 10 ou 20 minutos, em comparação a outro país onde o papel fica sem resposta, é evidente que vão optar por aquele onde é mais fácil, mesmo até que se ganhe menos. Temos necessidade de investimento estrangeiro, de financiamento, temos necessidade de tecnologia, precisamos resolver o nosso problema, que é a burocracia, que é um obstáculo muito grande ao desenvolvimento do nosso país.

*Se eu fosse conselheiro do governo chinês, aconselharia no sentido de parar com a dívida, começando uma nova era.*

**Muitos empresários chineses com que falamos também se queixam da desvalorização da moeda...**

A desvalorização não é um só problema para o chinês, também é para nós próprios, angolanos. Todos sofremos com isso. Imagina aqueles que pediram dinheiro emprestado nos seus países, como é o caso da China, investem no país depois começa a haver desvalorização e não há reembolso imediato... Todo o dinheiro que ganham fica no banco e desvaloriza. Portanto, veio capitalista e sai daqui empregado, é um perigo, mas o executivo, nomeadamente o BNA, tem vindo a trabalhar para estancar esta situação.

**Na nova abordagem política diplomática do país, a dado momento, a China perdeu algum privilégio. Esta situação não poderá inibir investimentos chineses?**

Entendo que continua a existir um tratamento privilegiado com a China. O momento é diferente, mas é só ver

o engajamento da China na covid-19, no fornecimento do material de biossegurança. Só que tudo agora tem de se adaptar ao tempo, porque nada mais é igual ao antigo. Penso que Angola, que já está à frente na boa relação com a China, não vai tirar o pé, vai manter ou até mesmo ampliar a sua boa relação e isso vai facilitar muito o desenvolvimento de que Angola precisa. Há vários países com as suas janelas abertas, mas aqueles que têm as janelas e as portas totalmente abertas são muito poucos como a China. É só ver que os chineses quando entraram para aqui vieram para fazer tudo. Há investidores de países com quem já lidamos há muitos anos, mas não conheces uma cantina, um apartamento que seja deles. Arrendam o apartamento para fazer escritórios, nem sequer o escritório é sua propriedade. Os chineses chegaram, fizeram Cidade da China, fizeram shopping, têm estação de serviço. Portanto, vieram para se inserir na sociedade. Isso tem várias leituras. Vejo como uma vantagem, todos os países do mundo procuram por parcerias dessas, nós só temos de aproveitar esta abertura e mantê-la, obviamente, sem perder a soberania.

**As trocas comerciais entre os dois países, fora o petróleo, caíram quase para zero. O que perspectiva para 2021?**

É muito difícil. Fizemos perspectivas para 2020 e saímos muito mal. Para 2021, estamos com muitas reservas porque basta ver que Janeiro já terminou. Prospectar um ano melhor é para os teóricos e políticos. Para nós, que estamos no mundo dos negócios real, é melhor não fazermos perspectivas, o melhor é mobilizar o que podemos com os novos parceiros e aí, a meio, prospectar o segundo semestre, agora é um risco muito grande.

**Defende a entrada de chineses em novas áreas como agricultura, pescas e indústria. Qual é o feedback que tem tido de empresários chineses?**

Isso depende também um bocado de nós. O governo chinês tem, como política, enriquecer o seu povo, a prosperidade da sua população, dos seus empresários, dos seus filhos. Se Angola reduzir a burocracia e aumentar os incentivos para o investidor, eles vão investir em todas as áreas que nós dissermos que sim, mas rigorosamente todas. Ao chinês, se

*Continuação na página 6*

# Entrevista

Continuação da página 5

lhe disser para cuidar de um cemitério, ele vai fazer, não tenho dúvidas.

**Mas, nos últimos anos, não vemos, por exemplo, o anúncio de grandes investimentos chineses. Vemos, por exemplo, de empresários dos Emirados Árabes Unidos, do Japão. Estarão os chineses na defensiva?**

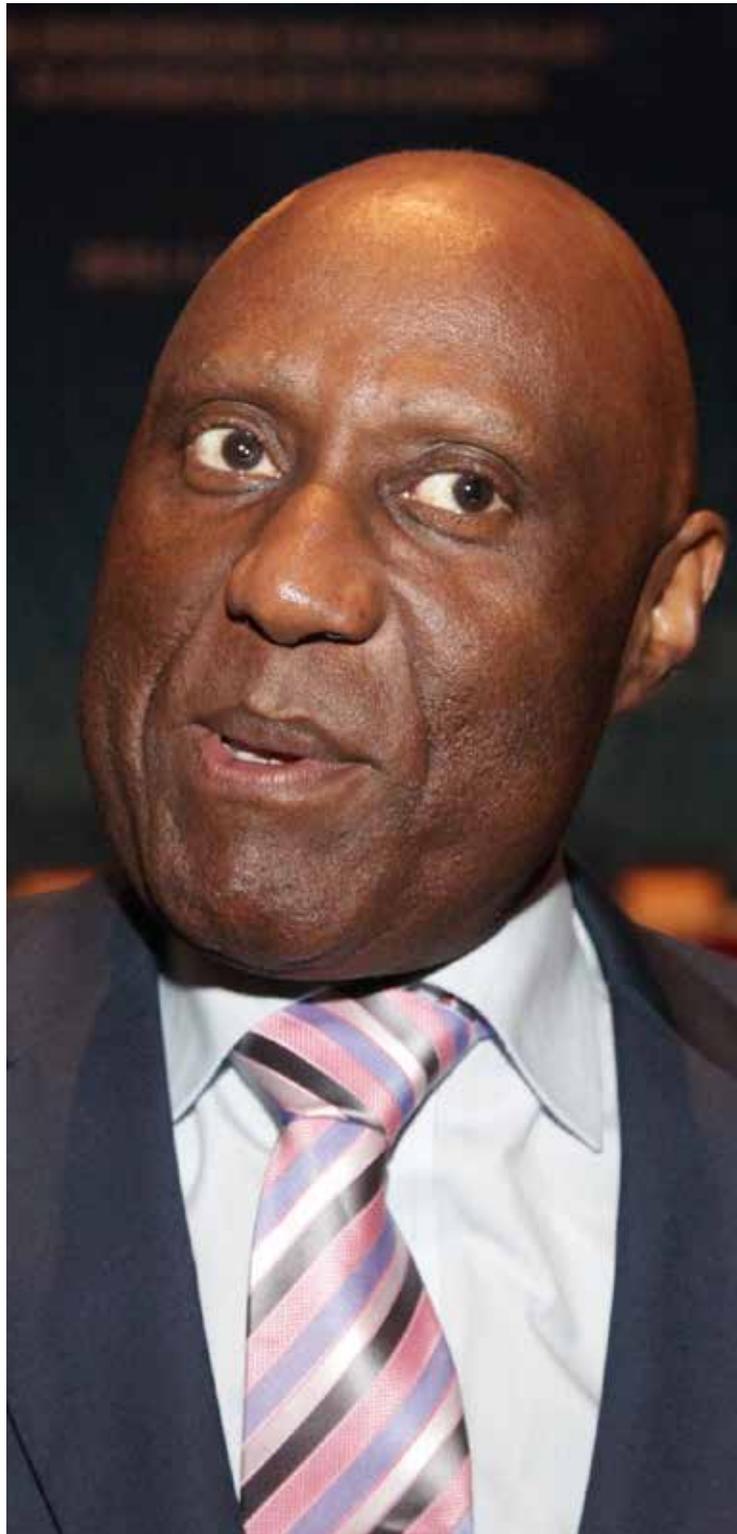
Um país não deve ficar dependente de nenhuma economia estrangeira. Isto significa que o Governo está a fazer muito bem em abrir-se para todos os países do mundo. Agora, o chinês não está na defensiva porque já está cá. Precisa apenas que o seu passado seja valorizado e que se abram mais caminhos. Já estão cá, fizeram investimentos com parceria angolana, mas a lei agora já permite que façam sozinhos. Então como é que ficam as parcerias que têm? Estão nesta fase de estudo e, como disse, os melhores chineses, mais fortes investidores vão aparecer em Angola a partir deste ano.

**Entre as empresas de investidores chineses, a CIF é a única a ser investigada no âmbito do combate à corrupção ou a câmara tem registo de outra?**

Não. Tirando o que ouço na rádio, que é da CIF, não conheço mais nenhum caso. O combate à corrupção está assumido pelo Governo, pelo partido que governa, não vai parar. Temos de estar todos muito atentos porque o combate à corrupção, na sua essência e do ponto de vista do empresariado e dos negócios, está agora a esconder-se na burocracia. Portanto, a burocracia neste momento é um dos pontos em que se está esconder a corrupção porque, quando mandas uma carta e não tens resposta, tu obrigas-te a lá ir e, quando lá vais, começam a dar-te voltas, dando a entender que para resolver o problema é preciso pagar. Mas, felizmente, sei que a Assembleia Nacional está a provar uma lei que, no essencial, vai determinar prazos para as instituições responderem às correspondências. Se for assim, adeus à burocracia e, se dissermos adeus à burocracia, o país vai dar um salto muito grande.

**Liderou muitos anos a Endiama e, considerando a forma como este combate tem sido conduzido, não está posta de parte a possibilidade de ser alvo de investigação...**

É normal. Não há ninguém, mas



Mário Muijes © VE

absolutamente ninguém que decide e... Lá, na Endiama, eu tinha uma palavra de ordem que dizia “não tenha medo de tomar decisão, mas toda decisão pode ser-te favorável ou desfavorável”. É natural que uma ou outra decisão pode não ter sido boa. Lida a partir de hoje, é natural. Toda a pessoa que dirige, que gere, que governa está sujeita a estas coisas. Portanto, não é por aí, mas assumo que é preciso combater a corrupção e todas as suas formas de se apresentar. Custa o que custar, doa a quem doer.

**As decisões de ontem, lidas a partir de hoje, podem não ter sido boas. Não acha que este ‘lema’ deveria estar devidamente considerado**

**no combate à corrupção, considerando a realidade do passado, em que quase tudo parecia normal?**

Não gostaria de entrar neste meandro porque é muito complicado e, como sabe, já estou há quase 12 anos fora das lides directas do aparelho público. A teoria da gestão diz isso mesmo, não se julgam decisões porque, para julgar uma decisão, tem de se ler todas as notícias que saíram naquela atura, que criaram aquele ambiente. A palavra manifestação não é igual vista hoje, se comparada a 1974. O ambiente que está criado neste momento é que provoca, às vezes, a tomada de decisão, pode acelerar ou desacelerar. Por isso costuma dizer-se, na teoria de gestão, que não se julgam decisões. Mas o que eu vejo, até agora, não são decisões que estão a ser julgadas, são actos, ilícitos provados, isto é outra coisa. Eu preferiria não falar sobre este tema quando estivermos a falar da câmara. Já há muita gente a tratar disso.

**A Endiama de hoje é a que perspectivou que tivéssemos quando deixou a empresa?**

Nunca saí da Endiama, estou na Endiama há 45 anos. Deixei de ser presidente do conselho de administração, mas sou da Endiama até hoje. As pessoas que lá estão foram e são meus colegas. Não há, felizmente para nós, no sector mineiro um indivíduo que veio de fora e foi lá posto. São todos colegas e pessoas que, se me pedissem opinião, eu indicaria estas pessoas mesmo para liderar a Endiama. Os momentos são diferentes, penso que estão a fazer o seu melhor e estamos também aqui a ajudar e tentar fazer com que o nosso sector não morra. Sempre tivemos um bocado de rivalidade com a área do petróleo, mas hoje juntamo-nos todos. Por exemplo, entre a Endiama e a Sonangol, fazíamos questão de rivalizar para desenvolver a nossa própria empresa, hoje estão todos juntos, não há esta rivalidade e isso pode distrair-nos um bocado, mas os colegas que lá estão são capazes, são pessoas de topo e estão a fazer o seu melhor.

**Nesta ‘competição’, viu-se a vencer a Sonangol?**

Para não ser eu a dizer, não vou responder directamente. Era impossível, porque a Sonangol era a nossa maior empresa, mas, em termos motivacionais dos trabalhadores, gostava que fossem os trabalhado-

res da Endiama a responder. Apos-támos muito na valorização dos quadros. Não tínhamos as receitas, não tínhamos os meios da Sonangol, mas haviam coisas em que estávamos muito bem, conseguíamos roubar quadros da Sonangol.

**Os diamantes nunca corresponderam à expectativa de receita. O que tem faltado?**

Por razões éticas não gostaria de responder porque posso ser mal interpretado. Tenho muitas dificuldades por razões óbvias.

**Os diamantes são um sector que interessariam ao empresário chinês?**

Não conheço sector em que o chinês não esteja disponível a entrar. Não sei se tudo que dizem, fazem, mas que estão dispostos, estão. Rigorosamente a todos os sectores.

**As câmaras têm sido parceiros do Governo ao nível que se espera?**

Tenho leitura diferente do que é uma câmara. Não me recandidatei à Câmara Angola/China, não me vou recandidatar nem vou continuar como presidente da Federação das Câmaras, mas tenho que incentivar o aparecimento e a existência das câmaras porque são necessárias para qualquer governo e principalmente para o nosso nesta situação em que estamos. Lidam bilateralmente com os empresários de países, aquilo que um governo não pode fazer. Os governos lidam com os governantes, com a parte de cima, mas o que faz funcionar as economias são os empresários. Costuma-se dizer que a diplomacia económica funciona com os empresários, lá aonde a mão do governo não chega, chega o empresário e usando esta mão todo o poder do governo chega.

**E as nossas câmaras têm este peso, ocupam este espaço?**

Não porque é uma coisa nova. Quando criámos a câmara Angola/China só havia em Angola, se não estou em erro, duas câmaras. Havia a Câmara Angola/Estados Unidos, que era muito forte, e a Câmara de Comércio Indústria de Angola. Hoje estamos em pouco mais de 40, algumas em constituição. Tenho incentivado que haja câmaras para todos os países do mundo. A sua importância vai ser sempre na medida em que as pessoas entendam o papel das câmaras, não podem ir lá apenas com a ideia de fazer lobby. A câmara é diferente de uma associação empresarial.

*O chinês não está na defensiva porque já está cá. Precisa apenas que o seu passado seja valorizado e que se abram mais caminhos.*

# Várias soluções num único serviço

O futuro é agora

## OFFICE KIT

Office Voz  
Office Net  
Office VPN  
Office VPBX

Linha de Apoio  
a Empresas

**19 300**

[www.unitel.ao](http://www.unitel.ao)

 **UNITEL**  
EMPRESAS

# Economia/Política



## Classificação final das 3 concorrentes Porto de Luanda

Relatório preliminar 1	Nota
ICTS .....	18,1
DPWorld .....	14,9
TL-MP .....	14,9

Relatório preliminar 2	Nota
ICTS .....	18,1
TL-MP .....	18,1
DPWorld .....	15,2

Relatório final	Nota
DPWorld .....	19,3
ICTS .....	18,7

### Classificação por critérios: Incorporação nacional de investimentos

Relatório preliminar	Nota
TL-MP .....	20
DPWorld .....	12,7
ICTS .....	9,3

Relatório final	Nota
DPWorld .....	14,5
ICST .....	8,5

### Plano de Investimentos

Relatório preliminar	Nota
TL-MP .....	16
DPWorld .....	12
ICTS .....	9

Relatório final	Nota
DPWorld .....	17
ICTS .....	14

### Plano de organização do terminal

Relatório preliminar	Nota
TL-MP .....	16
ICTS .....	9
DPWorld .....	9

Relatório final	Nota
ICTS .....	14
DPWorld .....	17

GESTÃO DO TERMINAL DO PORTO DE LUANDA DEBAIXO DE POLÊMICA

# Comissão de avaliação acusada de atropelar regras para beneficiar DP World

**CONTRATAÇÃO.** Em apenas dois meses, DP World 'saltou' de uma classificação de 14.9 para 19.3, no concurso público para a gestão do Porto de Luanda. De terceiro lugar, ficou em primeiro. 'Engenharia' dos números motivou o recurso apresentado pela ICTS, que interpôs duas providências cautelares. Porto já foi entregue à empresa do Dubai, uma operadora que se tornou mundialmente conhecida na gestão de portos e pelos muitos casos de corrupção. Comissão de avaliação é acusada de ter introduzido critérios que não constavam do Caderno de Encargos.

Por Emídio Fernando

**A** Comissão de Avaliação de Concessões (CAC) alterou, por duas vezes, os relatórios de análise do concurso público para a gestão do Terminal Multiusos do Porto de Luanda, acabando por premiar a Dubai Ports World (DP

**PELO MENOS** 1.120 milhões de kwanzas foram disponibilizados a nove empresas e cinco cooperativas agrícolas e unidades de pecuária do Cunene, no âmbito do programa de produção e substituição das importações (Prodesi), financiados pelo BDA, cedido entre Novembro e Dezembro de 2020.



Mário Mujetes © VE

# 19,3

**Nota** final atribuída à DP world pela comissão de avaliação

# 20

**Anos**, período de gestão do terminal que foi atribuído à DP World

# 39

**Porcento**, taxa da receita para o Estado na proposta da segunda classificada. DP World oferece 15%

World). Em apenas dois meses, a empresa do Dubai, uma das maiores empresas na gestão de portos do mundo, subiu a nota. Em Setembro do ano passado, recebeu uma classificação, atribuída pela CAC, de 14,9. Um mês depois, recebeu uma segunda nota, 15,2, sem que tivessem sido alteradas as justificações.

No último relatório, o definitivo, de Novembro, a nota já estava nos 19,3. Além da nota, a CAC adjectiva a classificação: a DP World saiu de um "Bom/Adequado" para "Muito Bom/Muito Adequado".

Foi esta nota que motivou a CAC a recomendar ao Ministério dos Transportes, no relatório final assinado a 10 de Novembro de 2020, que entregasse a gestão do terminal à DP World, para os próximos 20 anos, tal como estava plasmado no concurso público lançado em Dezembro de 2019.

No entanto, a subida da nota, as alterações de critérios e as diferentes avaliações em dois meses agitaram as duas concorrentes directas, que estão convencidas de que, para chegar à conclusão de premiar a empresa do Dubai, a comissão "fez malabarismos nas contas e nos critérios". A Internacional Container Terminal Services (ICTS), empresa que ficou em segundo lugar e que, nos dois

relatórios anteriores, até tinha ficado com a melhor nota, é a mais inconformada. Mais do que a mera contestação, a operadora, de origem filipina, recorreu ao Tribunal Supremo, interpondo duas providências cautelares, no início de Janeiro e que ficaram com os números 146/21 e 147/21, em que exige a nulidade do processo.

Apesar destas duas providências cautelares, que poderiam, no mínimo, adiar a decisão, a assinatura do contrato entre a empresa

## Tribunal Supremo avalia providências cautelares

A operadora Internacional Container Terminal Services (ICTS) apresentou, no Tribunal Supremo, duas providências cautelares, contestando a entrega de gestão do Terminal do Porto de Luanda à DP World, uma das maiores empresas do Dubai.

Na contestação a que VALOR teve acesso, a empresa, com sede nas Filipinas, mas a operar em muitos portos um pouco por todo o mundo, refere-se a "graves atropelos" cometidos pela Comissão de Avaliação de Concessões (CAC). Ao tribunal, a ICTS requer que "corrija" esses "graves atropelos da CAC" que viraram as regras concursais validadas pelo Ministério dos Transportes, repondo os termos genuínos do concurso valorando, na íntegra, as ofertas dos concorrentes adjudicando a concessão do terminal ao melhor classificado". A operadora filipina não tem dúvidas de que foram alterados os critérios ao longo do processo e que a CAC nem sequer respeitou o Caderno de Encargos. Entre alguns exemplos, a ICTS destaca o facto de a CAC não ter respeitado a primeira regra de que passariam à fase de negociação as duas empresas melhor colocadas. A comissão fez passar à fase seguinte três empresas, com o argumento de ter havido empate técnico, com notas iguais até às décimas.

Por causa desses alegados atropelos ao regulamento, a ICTS pede a "nulidade das

negociações, bem como do relatório elaborado". Os termos da contestação chegaram às mãos da comissão antes de ser aprovado o relatório, em que a empresa contesta vários pontos. Acusa ainda a CAC de ter introduzido vários itens que não constavam do Caderno de Encargos. Na resposta, a CAC explica a metodologia usada e quais foram os critérios que levaram à atribuição das notas, rejeitando dar razão à operadora das Filipinas e devolve as acusações, afirmando que a empresa tem a "pretensão de ser ela própria a definir a metodologia de avaliação e a escala da classificação" e que isso é "totalmente infundado e ilegal".

Na lista das contestações, a ICTS realça que a comissão criou um outro organismo de avaliação, denominado Comissão de Avaliação de Propostas (CAP). Este órgão foi constituído por, no mínimo, três membros do CAC. Para a empresa filipina, tratou-se de uma "usurpação de competências" que a comissão de avaliação contesta e justifica apenas como funcionamento interno que respeita as directrizes do Ministério dos Transportes.



Entre o primeiro relatório e o terceiro, houve mexidas nos critérios e nas notas atribuídas a cada concorrente, sem que, no entanto, fossem alteradas as conclusões que motivaram a atribuição das notas. Há até notas alteradas (ver quadros) em que, por exemplo, num dos critérios, a DP World sai de uma nota 12 para uma de

17 e num outro de uma de nove para também uma de 17.

### CRITÉRIOS ALTERADOS

O concurso público para a contratação de uma futura gestora do Porto de Luanda foi lançado a 16 de Dezembro de 2019, pelo Ministério dos Transportes. Nessa altura, foi apresentado o Caderno de Encargos com o respectivo regulamento e a definição de critérios. A 30 de Junho de 2020, a CAC admitia apenas ter havido uma única proposta completa, sem qualquer reserva, a da operadora das Filipinas, a ICTS. As restantes quatro foram admitidas, mas condicionalmente. Entre elas, a da DP World, à qual a comissão registou, no primeiro relatório, que lhe faltava entregar documentos originais e respectivas traduções.

Mesmo assim, todas as empresas tiveram oportunidade de 'emendar a mão' e concluíram o processo em Agosto. Um mês depois, a 23 de Setembro, a CAC concluía o primeiro relatório, atribuindo o primeiro lugar do concurso à ICTS. No entanto, contrariando o próprio regulamento, deixou passar para a fase seguinte três concorrentes. Além da ICTS, com a nota 18,1, a Terminal Link-Multiparques (TL-Mp) com 14,9 e exactamente com a mesma nota, 14,9, a DP World. O concurso público só admite dois finalistas. O argumento dos avaliadores é que as duas empresas tinham ficado empatadas 'ex-aequo'. Uma alteração de critérios que permitiu à DP World passar à fase seguinte e que hoje é também objecto de contestação. Na resposta à objecção apresentada pela ICTS, os avaliadores respondem que houve um "empate material" entre as duas empresas, considerando apenas uma posição o que permitiu que uma terceira passasse à fase final.

Esse "empate material" deu o segundo lugar à DP World e à TL-MP, com 14,9. Só que, no segundo relatório, há um novo empate material, mas para o primeiro lugar. Neste relatório, assinado em Outubro de 2020, cujos termos são idênticos ao anterior, a classificação final sofre uma reviravolta. Há, de novo, um empate - o tal 'ex-aequo' -, mas

*Continuação na página 10*

# Economia/Política

Continuação da página 9

agora na primeira posição, atribuída à TL-MP e à ICTS, com a mesma nota: 18,1. A DP World não passa do terceiro lugar com 15,2. À boleia do "empate material", a empresa do Dubai passa à fase seguinte. De imediato, a TL-MP anunciou a desistência e não quis submeter-se às negociações que tiveram lugar a 19 de Outubro.

As duas empresas finalistas entregam novas propostas e a classificação dá outra reviravolta, mas só para a empresa do Dubai. A DP World vence o concurso público com a nota 19,3, quando nas anteriores avaliações recebeu 14,9 e 15,2. A ICTS também sobe a nota, mas fica aquém da empresa do Dubai, conseguindo um 18,7.

## AVALIAÇÃO NEGATIVA DA DP WORLD

Apesar da nota baixa, em relação aos concorrentes, a empresa do Dubai, no dia a seguir à publicação do relatório preliminar, portanto ainda em Setembro, deu conta, através de uma carta, de que "não tinha qualquer objecção a apresentar quanto ao conteúdo e avaliação da mesma" e que aguardava "com expectativa" a fase de negociação.

No entanto, este primeiro relatório preliminar não é nada meigo para a empresa do Dubai. Em determinados pontos, chega a classificar as suas propostas com notas de 9, 11, 5 e 12. Por exemplo, em relação ao 'Plano de Organização do Terminal', os relatores afirmam que a DP World "não

## Contrato assinado e chave na mão

Em finais de Janeiro, o Ministério dos Transportes e da DP World assinaram o contrato que permite à empresa do Dubai gerir o Terminal do Porto de Luanda durante os próximos 20 anos.

A cerimónia contou com a presença de Ahmed bin Sulayem, um sultão dos Emirados

Árabes Unidos e que lidera também a DMCC (Dubai MultiCommodities Centre), o maior entreposto comercial da região, sobretudo virado para operações portuárias e para circulação de bens que abastecem a região e as refinarias. Pelo lado angolano, assinou o PCA do Porto de Luanda,

Alberto Bengue, sob supervisão do ministro dos Transportes, Ricardo Viegas de Abreu.

No dia a seguir à assinatura do contrato, simbolicamente, decorreu a cerimónia de entrega das chaves do terminal, passando oficialmente a DP World a ser gestora.

empresa filipina ainda 'arrancou' um outro 20 no 'Factor Técnico', em que a DP World não passou dos 11,5.

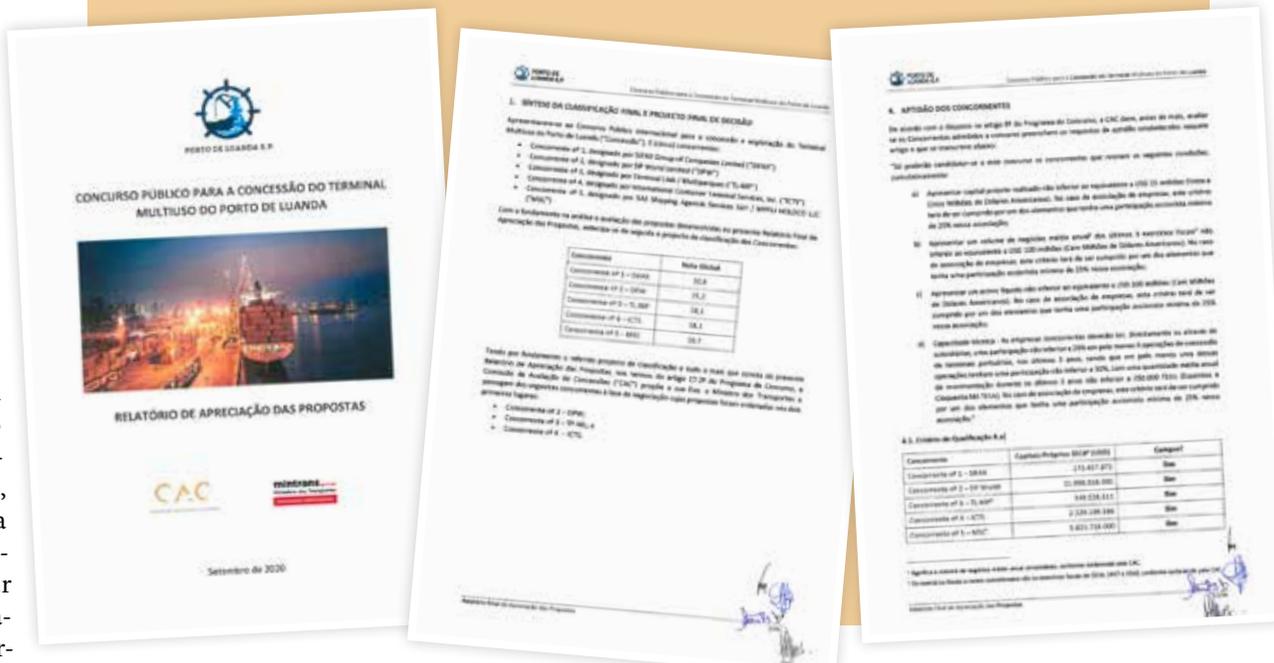
## RECEITAS DECISIVAS

O critério mais decisivo para a escolha do vencedor do concurso público passava pelas receitas a serem entregues ao Estado, através da renda variável. O Caderno de Encargos determinou que a empresa que melhor oferta apresentasse seria a mais bem colocada para ficar com a gestão do Terminal do Porto de Luanda. A renda variável representa mais de 80% da renda global a pagar. Na primeira análise, a ICTS aparece a oferecer 39% da receita. A TL-MP não ultrapassa os 6%. A DP World fica-se pelos 5%.

Depois, já na fase final, a negociação, a empresa do Dubai propôs entregar 15% das receitas. A ICTS manteve os 39%. Ainda assim, o primeiro lugar foi para a DP World que garantiu pagar um valor inferior ao que paga, por exemplo, a Sogester, que gere o outro terminal de Luanda. A Sogester entrega ao Estado 20% das receitas.

O outro critério que mais polémica provocou entre os concorrentes foi a receita total no final da concessão, ou seja, em 2042. É polémico, porque o critério foi introduzido pela Comissão de Avaliação, sem que constasse no Caderno de Encargos.

A comissão colocou a fásquia mínima nos 350 milhões de dólares, no final dos 20 anos de concessão, apontando para uma média de movimentação de 500 mil contentores por ano. As duas operadoras finalistas propuseram-se até a ultrapassar



acrescenta qualquer mais-valia, além da melhoria do parque de camiões e de novos escritórios", acrescentando ter "um 'layout' pouco detalhado e insuficiente". Recebeu um nove, como nota.

Nesse mesmo critério, as outras duas empresas recebem elogios, como o "plano cumpre, de forma adequada, com as regras das melhores práticas internacio-

nais", em relação à TL-MP, dando-lhe um 16. E, sobre o projecto da ICTS, lê-se que "cumpre com as muitas práticas para receber navios de grande capacidade" e destaca a ideia de haver ligações ferroviárias, mas os avaliadores torcem o nariz a essa possibilidade, levantada pela empresa, de adquirir o terreno adjacente

que tem sido usado pela Sonils. Tal como aconteceu com a DP World, recebeu um nove.

As notas mais altas atingidas pela empresa do Dubai foram um 17, relativo ao critério 'Plano de Formação', e um 16,4, no critério 'Aptidão dos Concorrentes'. Mas, neste item, às outras duas empresas, ICTS e TL-MP, foi-lhes atribuída, a cada uma, a nota 20. A

DP World em quase todo o mundo

## Sob o fogo cruzado da corrupção

Apesar de ser considerada uma das cinco maiores operadoras mundiais em gestão de portos, a DP World não tem escapado a muitas acusações de práticas de corrupção e suborno, um pouco por todo o mundo. Recentemente, o VALOR publicou as muitas operações que resultaram em julgamentos e quebra de contratos da

empresa do Dubai, no Iémen, Djibouti, Brasil, Senegal, Argélia, Ucrânia e EUA, em que a DP World respondeu a acusações de corrupção, suborno e lavagem de dinheiro. Nos EUA, resultou num escândalo maior que até envolveu a Câmara dos Representantes e George W. Bush, na altura presidente do país. A DP WORD chegou a

ser acusada de ter ligações com radicais islâmicos, depois de ter obtido a gestão de 16 portos no país, entre eles, alguns dos maiores do mundo.

Os mais controversos casos aconteceram em África. O governo argelino rasgou o contrato de concessão, depois de ter descoberto um caso de corrupção que envolvia o presi-

dente da Autoridade Portuária. No Senegal, por causa dos negócios com a DP World, o ex-ministro das Infra-estruturas, Karim Wade, foi condenado a prisão efectiva e hoje vive exilado, não obstante ser filho do antigo presidente Abdoulaye Wade.

A DP World surge ainda na mega-investigação deno-

minada Panama Papers, que envolveu os principais jornais do mundo e que detectou branqueamento de capitais, através das empresas em offshore do Panamá.

A gestão do terminal do porto de Luanda dá também a oportunidade da DP World entrar na costa oeste de África, abrindo assim caminho a

**O GOVERNADOR DE BENGUELA, Rui Falcão, defende que a promiscuidade entre políticos e empresários gera corrupção e apela aos que exercem funções de responsabilidade política no MPLA e no Governo a deixarem os empresários trabalhar, criando as condições para crescerem, sem serem sócios.**

esses valores, mas com números diversos. Enquanto a DP World projectou entregar 446 milhões de dólares, a ICTS avançou com mais de 981 milhões de dólares. Apesar da diferença de valores, a CAC atribuiu nota igual, um 20, para cada uma delas. A justificação, escrita na resposta à contestação da ICTS, é simples: "ambas ultrapassaram os critérios previamente definidos, que estavam fixados nos 350 milhões de dólares".

O Caderno de Encargos obrigava apenas à entrega de 150 milhões de dólares no acto da assinatura e mais três milhões de dólares anuais.

A introdução de um critério, que nem estava inscrito no Caderno de Encargos, fortaleceu a contestação da ICTS. Uma fonte da empresa classifica, em declarações ao VALOR, a decisão da Comissão de "arbitrária e desonesta". Ainda assim, sublinha "não ser justo" que as duas empresas tenham precisamente a mesma nota quando apresentaram valores tão díspares,

#### SALTO DA DP WORLD

Outro dos critérios, e dos mais importantes do concurso público, é o plano de investimentos e a previsão do volume de tráfego. No primeiro relatório, o de Setembro de 2020, a DP World recebeu um modesto 12, em que os avaliadores apontavam muitas falhas, entre elas, a de que a empresa do Dubai "apenas investe 12 milhões de dólares em equipamentos de movimentação de contentores" e que o investimento final proposto, de 128,2 milhões de dólares, 60% só seria aplicado nos últimos 12 anos. Além disso, sublinhavam que a empresa previa movimentar 630 mil contentores anuais no fim de 20 anos, cujos 500 mil tam-

## Comissão do Ministério dos Transportes

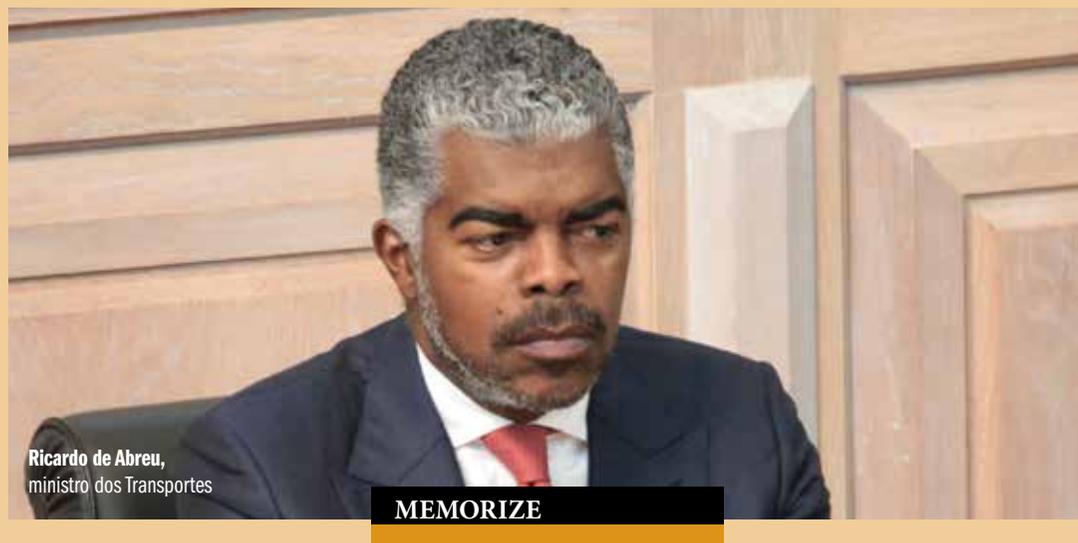
A Comissão de Avaliação de Concessões foi criada pelo Ministério dos Transportes para avaliar o concurso público para escolher a empresa que iria gerir o Terminal Multiusos do Porto de Luanda. Criada em Novembro de 2019, a comissão foi composta por cinco membros efectivos e dois suplentes, presidida por João Gaspar de Sousa Fernandes, director do gabinete jurídico do Ministério dos Transportes. Entre os membros,

constava Carlos Antão Fernandes Borges que suspendeu as suas funções mais políticas. Foi secretário de Estado dos Transportes para o sector da aviação civil, marítimo e portuário.

A decisão de lançar um concurso público foi tomada pelo Presidente da República, em Setembro de 2019. Entraram no concurso cinco empresas: Sifax - Group Of Companies; Dubai Ports World (DPW); Terminal Link - Multiparques; Internatio-

nal Containers Terminal Services (ICTS) e MSC-SAS Shipping Agencies Services.

A Comissão da Avaliação dos Concursos, contactada pelo VALOR ECONÓMICO, garante desconhecer o recurso da ICTS que solicitou ao Tribunal Supremo duas providências cautelares. Até à manhã desta segunda-feira, não tinha chegado ao Ministério dos Transportes qualquer informação ou notificação por parte do Tribunal.



Ricardo de Abreu,  
ministro dos Transportes

#### MEMORIZE

● **Depois**, já na fase final, a de negociação, a empresa do Dubai propôs entregar 15% das receitas. A ICTS manteve os 39%. Ainda assim, o primeiro lugar foi para a DP World que garantiu pagar um valor inferior.

bém só seriam atingidos a partir dos últimos 12 anos.

Já no relatório final, o de Novembro, há um 'upgrade' assinalável na avaliação feita à DP World. A começar pela nota atribuída: um 17, bem longe dos 12 anteriores. Os avaliadores elogiam as projecções do tráfego, considerando-as "muito bem justificadas, suportadas com base em dados

publicados por entidades internacionalmente reconhecidas". Nessas projecções, a empresa do Dubai afirma prever movimentar, até ao final da concessão, 700 mil contentores por ano.

Ou seja, no espaço de poucos dias, depois de feita a avaliação de Outubro, a DP World apresentou outras propostas. Desta vez, propôs-se a fazer um investimento

de 165 milhões de dólares, em vez dos anteriores 128 milhões. E deixou a promessa de que mais de metade, 53%, seria investido já nos primeiros três anos. Os avaliadores destacam a "alteração da visão estratégica, no que se refere à necessidade de fazer investimentos em equipamentos".

Por outro lado, de nada adiantou à ICTS propor um investimento superior à concorrente que, no final de 20 anos, chegaria aos 223 milhões de dólares e com a previsão de movimentar 650 mil contentores anuais. A comissão entendeu que a empresa filipina "não suporta objectivamente como serão atingidas as quantidades suportadas". No balanço final, voltou a considerar um risco a proposta da ICTS por incluir a possibilidade de estender o terminal do porto aos terrenos da Sonils. Recebe um 14, uma nota superior à atingida no relatório preliminar, apesar de os argumentos serem os mesmos, mas distante do 17 da empresa do Dubai.

Ao VALOR, uma fonte ligada à ICTS lembra que o contrato entre a Sonils e o Porto de Luanda está em fase terminal e afirma que a operadora está convencida de que a empresa da Sonangol não tem interesse em manter uma área para parquear contentores. Além disso, a mesma fonte garante que, se falhasse a negociação com a Sonils, tinha como alternativa a utilização dos portos secos da Mulemba e de Viana, cujas ligações estariam garantidas através da linha férrea. Aliás, a ideia consta da proposta da empresa filipina que se propôs investir na infraestrutura do caminho-de-ferro. De nada valeram os argumentos, nem as explicações apresentadas na proposta. Neste critério, a ICTS acabou por perder.

negócios pela África do Sul e Namíbia, além da República do Congo.

A empresa compromete-se, além de pagar o valor da concessão, a fazer investimentos nas infra-estruturas, a recuperar e adquirir equipamentos e a construir uma plataforma que permita a circulação de 700 mil contentores por ano.

#### OURO DE CONFLITO

O líder da operadora do Dubai, Ahmed bin Sulayem, é também presidente executivo da DMCC, que surge num relatório, publicado o ano passado, como uma das maiores operadoras de lavagem de dinheiro do Dubai. De acordo com o relatório de 148 páginas 'O papel do Dubai na facilita-

ção da corrupção e dos fluxos financeiros ilícitos globais', elaborado por diversas organizações que lutam pela transparência financeira e a boa governação, a DMCC surge como uma das maiores empresas de lavagem de dinheiro, em particular, no comércio do ouro. A DMCC tem o exclusivo, atribuído pelos Emira-

dos, no entreposto de ouro que chega ao Dubai e segue para o resto do mundo. Os relatores apontam que a DMCC exige apenas um único formulário na alfândega, que legaliza o ouro. O documento nem exige informações sobre a origem do ouro e regista o produto como "sucata". É assim que os investigadores concluem que o ouro

do Uganda, RDC e do Sudão do Sul, entre outros, circulam pelo Dubai e chegam aos restantes postos, em especial, nos países árabes e do Médio Oriente. Em 2016, mais de 46% do ouro provinha de países em conflito. Só em 2018, a DMCC acolheu mais 1.868 empresas, registando um crescimento superior a 12%.

# Mercados & Negócios



APRESENTADA POR GRUPOS EMPRESARIAIS

## Kero com seis propostas de compra

**DISTRIBUIÇÃO.** Cadeia de supermercados entregue ao Estado pelos generais 'Kopelipa' e 'Dino' está a ser cobiçada por vários investidores. Ministério do Comércio tem propostas na mão e promete fazer concurso público em breve.

Por Isabel Dinis

O Ministério do Comércio e Indústria já recebeu seis propostas candidatas à compra da cadeia de supermercados Kero. A empresa, pertencente ao Grupo Zahara, foi entregue ao Estado em Outubro do ano passado

pelos generais Hélder Vieira Dias 'Kopelipa' e Leopoldino do Nascimento 'Dino'.

Sem mencionar os nomes dos grupos empresariais, fonte do Ministério do Comércio e Indústria garantiu ao VALOR que a decisão vai passar por um concurso público a ser lançado brevemente para a alienação desses activos.

As lojas Kero têm sido alvo, nos últimos tempos, de notícias e imagens nas redes sociais que dão conta de dificuldades de abastecimento, por causa das prateleiras vazias em

algumas lojas. As dificuldades agravaram-se desde que as lojas passaram para a esfera do Estado.

A narrativa é contrariada pelo Ministério do Comércio e Indústria que dá conta que os problemas das lojas, visíveis nas prateleiras vazias, nada têm que ver com o facto de estas terem passado para o Estado, visto que a gestão destes empreendimentos ainda não mudou. "A gestão do Kero continua a ser a mesma. O Governo não está a gerir nada. Nem o Igape que é somente o proprietário legal", reforça a fonte.

No Ministério, admite-se, no entanto, que as lojas vazias são explicadas com uma consequência do próprio mercado, visto que as lojas Kero tinham a "fama de serem mal pagadoras", com atrasos significativos aos produtores. A diferença, explica a fonte, é que, na altura, as lojas tinham uma posição de vantagem por causa da "influência" dos sócios, "que

# 13

Número de lojas da rede de supermercados Kero, distribuídas entre Luanda, Huambo, Lubango e Lobito.

faziam com que as pessoas fossem obrigadas a colocar lá as mercadorias e hoje o mercado está de uma forma de toma-lá-dá-cá".

**ENTREGA PODE CHEGAR AOS MIL MILHÕES DE USD** Hélder Vieira Dias e Leopoldino do Nascimento entregaram ao Estado a rede de supermercados Kero e a Companhia de Bionergia de Angola (Biocom), entre outros bens e que podem estar avaliados em mil milhões de dólares, como calcula o jornal português 'Expresso'.

Além dos supermercados Kero e da Biocom, os dois generais entregaram ainda as fábricas de Cimento (CIF Cement), de montagem de automóveis (CIF SGS Automóveis) e de cervejas (CIF Lowenda Cervejas) e ainda a CIF Logística, incluindo todos equipamentos, máquinas e móveis.

Foram também entregues ao Estado a centralidade 'Vida Pacífica', composta por 24 edifícios, três creches, dois clubes náuticos, e quatro estaleiros; a centralidade do Kilamba KK 5000, com um total de 271 edifícios e 837 vivendas em diferentes níveis de construção.

Neste leque de bens, encontram-se incluídos os edifícios CIF Luanda One e CIF Luanda Two e todos os seus equipamentos e móveis. No entanto, apesar da entrega voluntária desses edifícios, os dois generais foram constituídos arguidos pela Procuradoria-geral da República.

**CINCO DIAS DEPOIS** de formalizar o acordo de 4ª operadora de telecomunicações em Angola, a Africell, companhia com sede em Londres, iniciou o processo de recrutamento e selecção de pessoal para fazer parte da empresa em Angola.

RESULTADOS CONSOLIDADOS DE 2020

# Mercadorias quedam, mas receitas disparam no Porto de Luanda

**BALANÇO.** Terminal Multiusos que ainda não foi oficialmente entregue à DP World é o que mais contribuiu com 52% da receita. Serviço de transporte de passageiros não registou um único navio de longo curso ao longo do ano.

Por Júlio Gomes

A movimentação de mercadorias no Porto de Luanda recuou 7% para as 6.665 toneladas, no ano passado, desempenho contrário ao das receitas em kwanzas que registaram um crescimento nominal de 66%, para os 82.645 milhões de kwanzas, no mesmo período.

A administração portuária justifica o volume das receitas com “a taxa de câmbio que evoluiu 37% e o

aumento das receitas provenientes do terminal multiusos (em moeda estrangeira) que representam 52% da facturação”.

Por outro lado, o Porto pagou 9 mil milhões de kwanzas em impostos, ao passo que 7 mil milhões de kwanzas foram repartidos entre dividendos e pagamento de salários a 441 trabalhadores.

Miguel Pipa, administrador executivo do Porto, prevê a duplicação das receitas, “depois da entrada em cena do concessionário DP World Limited no terminal Multiusos”, onde serão direccionados investimentos na ordem de 200 milhões de dólares a nível do cais e terra-pletos (áreas de armazenagem e movimentação de máquinas do terminal), além de equipamentos com tecnologia de ponta. “Os armadores querem portos ágeis e cremos que esse será o foco da DP World, para atrair carga de tráfego”, antecipa Miguel Pipa, indicando no horizonte a transformação da unidade em porto do tipo A, com profundidade de até 15 metros, com vista a receber navios de grande porte que, por sua vez, alimentariam navios pequenos para outros portos do continente. O gestor lamenta, entretanto, que o Porto de Luanda esteja na “cauda”, na con-

corrência com os três mais directos da região, no caso o de Walvis Bay (Namíbia) Pointe Noire (Congo) e o da África do Sul.

Miguel Pipa informou, por outro lado, que o ‘Multiusos’ ainda não foi entregue ao novo cessionário, havendo uma comissão liquidatária para a implementação do processo de transição. “A comissão está a trabalhar para acelerar a entrega”, explica.

Em relação à base da Sonils, cujo contrato de concessão expirou no mês passado, Miguel Pita nota que as “conversações já tiveram início e surgiram constrangimentos (não identificados) que impediram que ainda não fosse assinado o contrato de prorrogação para a exploração do terminal”.

Cabotagem na estaca zero

De acordo com Roberto Martins, director comercial e gestão das concessões, no ano passado, o serviço de transporte de passageiros não registou qualquer navio de longo curso no Porto de Luanda. Mas, no ano anterior, ou seja, em 2019, foram registados 1.437 passageiros. E, face à pandemia, não se sabe ainda, ao certo, quando poderá ser retomado o serviço dos ‘catamarãs’ que ligavam o Porto e o Museu da escravatura.



Mário Mujetes © VE

## PRINCIPAIS INDICADORES DA ACTIVIDADE DO PORTO

Ano	2020	2019	variação	Varição %
Tráfego de navios	Un 3. 456	4. 024	-568	-14%
Movimentação de mercadorias	Kt 6. 665	7. 142	-477	-7%
Volume de negócio	MKz 82. 645	49. 731	32. 914	66%
Fornecimentos e serviços de terceiros	MKz 24. 379	4. 0 28	20. 351	505%
Custo com Pessoal	MKz 10. 734	. 7 902	2. 832	36%
Resultado líquido	MKz 31. 574	15. 775	15. 799	100%
Trabalhadores	Un 461	439	22	5%

# Mercados & Negócios

INVESTIMENTO DE 5 MILHÕES USD

## Fábrica de transformação de lixo começa a operar em Maio

**INDÚSTRIA.** Arranque do projecto aguarda apenas pela chegada dos equipamentos do Brasil que serão instalados na ZEE. Investidor promete mil empregos e casas a 15 mil dólares.



Por Guilherme Francisco

Com um investimento estimado em 5 milhões de dólares, a empresa BTC-ECO, que actua no ramo da transformação de resíduos, espera iniciar a operar em Maio deste ano, segundo o presidente do seu conselho executivo, Sérgio Hirose, que garante ter já a certificação do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente.

A empresa espera transformar diariamente cerca de 100 toneladas de resíduos urbanos, hospitalares e industriais na Zona Económica Especial, com as quais prevê apostar na construção de pelo menos

**5** Milhões de USD, valor de investimento da BTC-ECO para arranque da actividade

1.200 habitações ecológicas anualmente, em Luanda.

Enquanto aguarda pela chegada das máquinas do Brasil, Sérgio Hirose explica que o processo de transformação permitirá a geração de no mínimo 150 megawatts, o que dará origem à madeira biossintética, biocombustível, carvão biossintético e adubo bioorgânico, trabalho a ser assegurado por pelo menos mil funcionários.

Sobre o valor das habitações ecológicas, estima que venham a situar-se entre os 15 e os 17 mil dólares (T2), sendo que o acesso poderá ser facilitado por créditos do 'Dubank', cujo licenciamento se encontra, entretanto, 'pendurado' no BNA. "Daremos oportunidade para as pessoas realizarem o sonho da casa própria, até porque é uma questão humanitária," promete Sérgio Hirose.

O gestor lamenta o facto de o Governo estar a "perder dinheiro com o não incentivo à transformação do lixo", que, para si, representaria também uma "grande aposta" na diversificação da economia. Sérgio Hirose nota que o mesmo caminho já foi optado por países como o Brasil, Chile, EUA e Japão, sendo que alguns destes chegam de exportar a matéria-prima.



IV TRIMESTRE DE 2020

## BPC no topo das reclamações dos clientes

Das 769 reclamações chegadas ao Banco Nacional de Angola (BNA), no último trimestre de 2020, boa parte está relacionada com transferências bancárias e contas de depósitos à ordem, que representam 47% do total, indicam os dados divulgados nesta segunda-feira pela entidade.

No ranking dos maiores bancos que operam no mercado, com mais de um milhão de clientes cada, o BPC foi o principal alvo das reclamações dos clientes (232), seguindo-se o BAI (97), BFA (94), Banco Millennium Atlântico (73), Banco Sol (63) e BIC (31). Seguem-se 12 outras instituições financeiras de médio e pequeno portes com menos de um milhão de utentes liderados pelo Banco Yetu, com 37 reclamações (transferências e operações cambiais), ao passo que o Banco Kwanza, cuja licença já foi revogada, registou apenas uma reclamação relacionada com o crédito automóvel.

Apesar de serem consideradas ainda reduzidas, uma vez que apenas 5,4 clientes, em cada 100 mil, reclamaram contra instituições financeiras de grande dimensão, as reclamações registadas pelo BNA,

ainda assim, 'esticaram' 50%, face ao período homólogo de 2019, quando os consumidores de produtos e serviços financeiros apresentaram um total de 494 queixas.

Transferências (192) e contas de depósitos à ordem (164) motivaram a maioria das reclamações. Os principais motivos das reclamações sobre transferências resultam de operação não efectuada ou reconhecidas, além da morosidade na realização das operações e a não disponibilização de valores ao beneficiário efectivo.

Mas, para as contas de depósito à ordem, as reclamações incidiram sobre movimentação indevida, não disponibilização de número e comissões. Seguem-se, nas reclamações, o crédito ao consumo (52), outros tipos de crédito (50), operações sobre o estrangeiro e crédito à habitação (41 em cada caso), máquinas ATM/TPA (34), cartões de débito (25), contas ordenado e operações cambiais (24 cada uma) e prestação de serviço (20).

Foram também registadas queixas sobre cartões de crédito, cobranças, cartões pré-pagos, contas de depósito a prazo, descobertos bancários, cheques, Internet Banking, Mobile Banking, contas de depósito Bankita e crédito automóvel.

# Taça Cheia



**96.1 fm**

Rádio Essencial

Todos os  
sábados,  
às 19:00,  
com  
**Sebastião  
Vemba**

## DE JURE

ACESSO À VILA DE CAFUNFO, NA LUNDA-NORTE

# Juristas consideram “ilegal” impedimento de deputados

**MANIFESTAÇÃO.** Causídicos esclarecem que, independentemente das razões que estiveram na base dos incidentes de Cafunfo, há uma semana, os resultados são “completamente trágicos e condenáveis a todos os níveis”.

Por Redacção

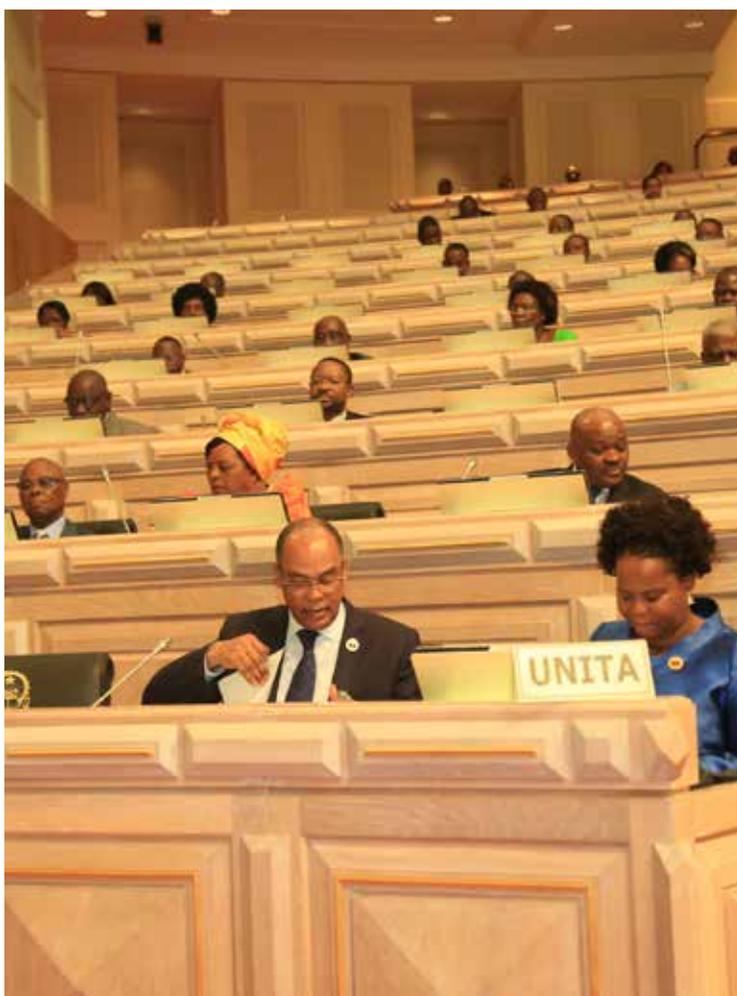
O jurista Sebastião Vinte e Cinco considera “musculado e assustador” o impedimento de deputados da Unita de acederem à vila de Cafunfo, palco de incidentes com mortos e feridos. “[Os deputados] são membros de um órgão de soberania e no exercício dessas funções têm o direito de aceder às populações que representam no parlamento, e algumas dessas populações que representam, no caso concreto na Lunda-Norte, foram alvo de uma barbaridade”, afirmou Sebastião Vinte e Cinco.

Em declarações à Lusa, o jurista considera que, independentemente das razões que estiveram na base dos incidentes de Cafunfo, há uma semana, os resultados são “completamente trágicos e condenáveis a todos os níveis”.

Sebastião Vinte e Cinco recorda, por exemplo, que os deputados são igualmente “fiscais da actividade governativa, têm o direito de aceder aos locais onde tenham ocorrido situações que carecem de alguma investigação” e por essa razão, frisa, “este impedimento é musculado, ilegal e assustador”.

“Portanto é uma nota negativa para a democracia crescente em Angola, não há razão, a menos que tenha alguma coisa para esconder, porque quem impede é porque tem alguma coisa para esconder”, nota.

Segundo a Polícia Nacional, cerca de 300 pessoas ligadas ao Movimento do Protectorado Português



Lunda Tchokwe (MPPLT) tentaram invadir, a 30 de Janeiro, uma esquadra policial e em defesa as foras de ordem e segurança atingiram mortalmente seis pessoas.

A versão policial é contrariada pelos dirigentes do MPPLT, partidos políticos na oposição e sociedade civil local que falam em mais de uma dezena de mortos.

Um grupo de deputados da Unita, acompanhado de escoltas e dois activistas, foi impedido pela polícia local de aceder à vila

mineira de Cafunfo.

O presidente do grupo parlamentar da Unita, Liberty Chiyaka, lamentou o “silêncio” do presidente do Parlamento, Fernando da Piedade Dias dos Santos, sobre o impedimento de deputados, afirmando que o mesmo foi “previamente informado e que a deslocação dos deputados não carecia de autorização”.

No entanto, Fernando da Piedade Dias dos Santos disse, em comunicado, que as “alegadas diligências dos deputados do ‘galgo negro’ não

engajam a Assembleia Nacional” e afirma que, “em regra, os deputados não se podem deslocar sem a sua autorização” tendo “declinado responsabilidades sobre eventuais constrangimentos”.

Por seu lado, o jurista Albano Pedro, que prefere pensar em “má articulação institucional” na informação sobre a deslocação de deputados, recorda que os eleitos “são soberanos, sobre os quais não existe um outro poder, salvo os limites previstos na lei”.

“Portanto, a Polícia, de forma livre e espontânea, não pode impor impedimento sobre os deputados, a menos que os deputados não tenham autorização da Assembleia Nacional para se deslocarem a Cafunfo”, refere.

“E não havendo esta autorização e como órgão de soberania, que merece protecção protocolar, é bem possível que a Assembleia comunique à Polícia Nacional que pode, por via disso, impedir ou comunicar que não estão autorizados a se deslocar”, admite.

Segundo Albano Pedro, a ausência desta autorização do presidente do Parlamento terá concorrido para que a Polícia Nacional condicionasse a entrada dos deputados a Cafunfo.

“Caso contrário, não vejo qualquer possibilidade de a Polícia impedir os deputados de circular. A menos que tivesse sido declarado o estado de exceção constitucional”, sublinha.

Quatro dias depois, os deputados anunciaram hoje que já abandonaram o local onde estavam retidos e que estão já, desde a noite domingo, na vila do Cuango, onde “também apuram as circunstâncias” dos incidentes de Cafunfo.



CASO GRECIMA

## Julgamento de Manuel Rabelais retoma hoje

Está marcada para hoje, segunda-feira, no Tribunal Supremo, a retoma do julgamento do antigo director do Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (Grecima), Manuel Rabelais, acusado dos crimes de peculato, violação de normas de execução de orçamento e branqueamento de capitais.

O antigo director e ministro da Comunicação Social e ex-director da Rádio Nacional de Angola, consta da acusação, usou o nome do Grecima e beneficiou de mais de 98 milhões de euros, o que corresponde a mais de 18 mil milhões de kwanzas.

De acordo ainda com o MP, segundo documentos do Ministério das Finanças, o Grecima beneficiou de mais de 4 mil milhões de kwanzas, mas esses valores beneficiaram várias empresas privadas.

Manuel Rabelais viu, a 27 de Outubro, a plenária da Assembleia Nacional aprovar, por unanimidade, com 170 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção, o projecto de resolução e o relatório parecer conjunto sobre a suspensão do seu mandato e a consequente perda de imunidades, por o então deputado do MPLA ter sido constituído arguido pela Procuradoria-Geral da República.

## PRESIDÊNCIA DA AMAZON

# Bezos, o criador, passa testemunho

**GESTÃO.** A Amazon, que Jeff Bezos criou na sua garagem, há 27 anos em 1994, vale hoje 1.7 biliões de USD, emprega 1.3 milhões de pessoas e tornou-se um dos maiores gigantes da tecnologia mundial com clientes em todo o mundo. A dimensão vem com um custo.

Por Redação

A dimensão vem com um custo. Numa altura em que as grandes tecnológicas se tornaram o foco de investigações governamentais sobre práticas monopolistas, o fundador da Amazon passa a liderança da empresa a Andy Jassy, o novo CEO que vai assumir funções no terceiro trimestre deste ano e torna-se presidente executivo do conselho da empresa. Anuncia-se o fim da era dos fundadores à frente das suas super-tecnológicas com o Facebook a única a manter o criador à frente de todas as decisões.

Jeff Bezos vai dedicar-se no conselho da Amazon, ao desenvolvimento de novos produtos e estratégia, seguindo os passos de outros que, como Bill Gates quando deixou a presidência da Microsoft, se foram dedicar ao desenvolvimento de novas tecnologias. Depois do anúncio na terça-feira, a Amazon emitiu um comunicado reafirmando a

## O que se segue para Bezos?

O super-gestor com 57 anos já avisou que a retirada não significa aposentadoria e que se vai dedicar a outros projectos. E exemplos são:

Day One Fund – fundação filantrópica a que doou 2 mil milhões de USD em 2018 dedicada aos sem-abrigo

Blue Origin – companhia de desenvolvimento espacial que quer tornar as viagens ao espaço mais acessíveis e baratas que tem programada a primeira missão ao espaço para 2024 e quer competir com a SpaceX de Elon Musk.

Fundo Bezos para a Terra – um fundo de 10 mil milhões de USD para apoiar cientistas e organizações que buscam a preservação da natureza e combate à crise climática

O Washington Post – Bezos adquiriu o famoso jornal em 2013 por 230 milhões de USD e a sua transformação digital já lhe é atribuída. Os jornalistas dizem-se admirados pela sua ausência em termos de condução de linha editorial e pelo foco na transformação digital do jornal.

continuação da intervenção de Bezos apesar de deixar de ser a frente da companhia. Segundo analistas Bezos quer sair no topo, no entanto a Amazon tem de garantir aos investidores que continua a ter a sua orientação para evitar receios que abalem a confiança na empresa e o facto de se manter ao leme do conselho é sinal da continuidade da estratégia orientadora de Bezos.

## A despedida

Bezos enviou um email aos 'Amazonians', funcionários da multinacional a anunciar a retirada

“Esta viagem começou há 27 anos, a Amazon era só uma ideia, não tinha nome. A pergunta que me era colocada com mais frequência era “o que é a Internet?”, felizmente não tive de explicar por muito tempo. Hoje empregamos 1.3 milhões de pessoas dedicadas talentosas, servimos milhões de clientes e negócios e somos reconhecidos como uma das mais bem-sucedidas empresas do mundo. Como é que isso aconteceu? Invenção. A Invenção é a raiz do nosso sucesso. Fizemos coisas malucas juntos e depois tornámo-las normais. (...) Lembrem-se de imaginar deixem a curiosidade ser o vosso compasso. Continua a ser o 1º dia.”

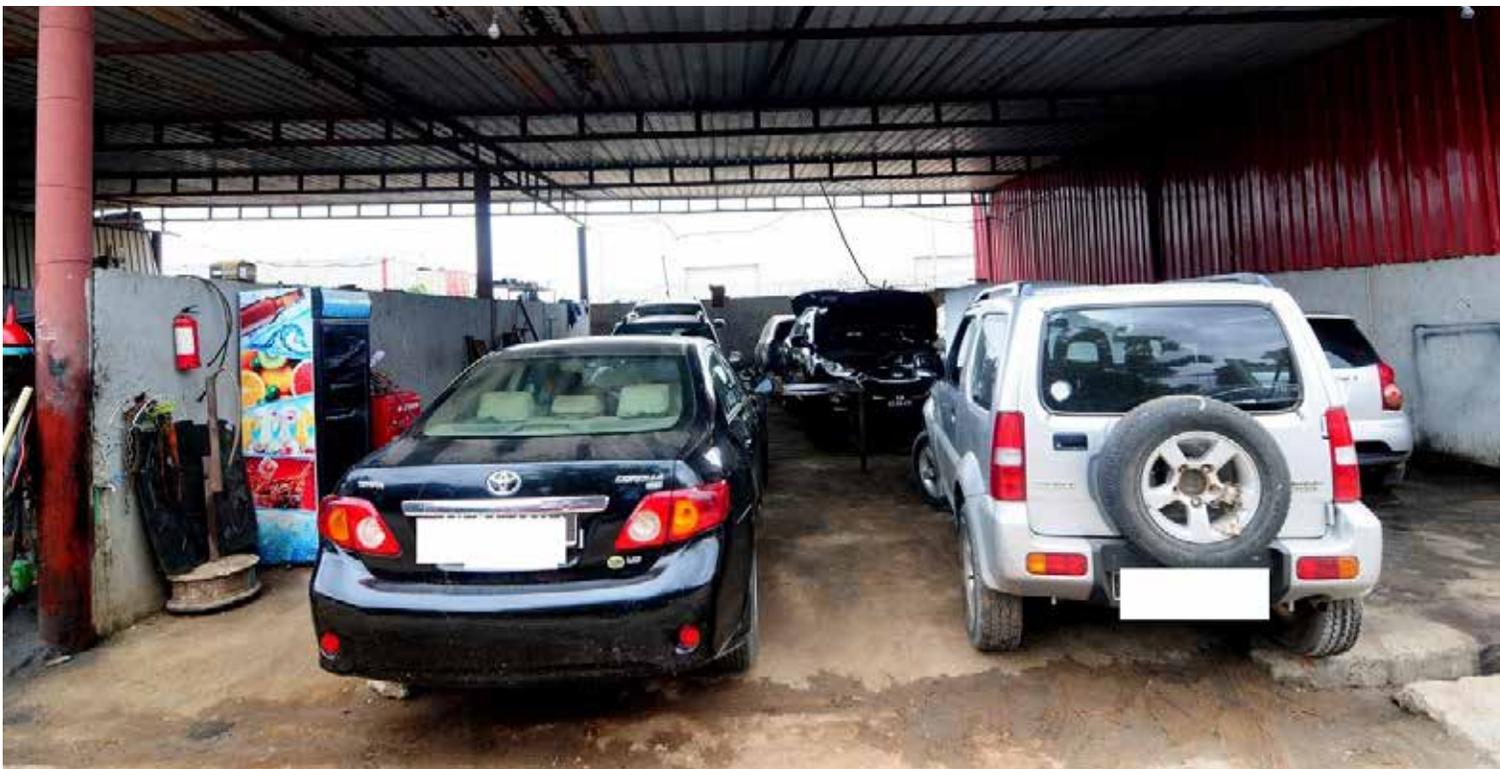
Bezos passa a liderança de um dos gigantes das tecnologias à Andy Jassy



# (In)formalizando

CRISE LEVA CHINESES A ABANDONAR O PAÍS

## Angolanos começam a controlar estações de serviço



**SERVIÇOS.** Apesar de os chineses abandonarem Angola continuam a controlar, à distância, o ramo de prestação de serviços de automóveis. Timidamente, angolanos começam a dar os primeiros passos, mas pecam na qualidade.

Por Guilherme Francisco

Com o agravamento da crise económica, muito por causa da pandemia da covid-19, muitos comerciantes chineses, especialmente os informais, preferiram abandonar Angola. A saída é mais visível em muitas estações de serviços espalhadas por Luanda, até então dominadas por profissionais vindos da China. Com a debandada, algumas encontram-se encerradas, enquanto outras foram entregues à gestão angolana.

É uma realidade que se pode constatar, por exemplo, na via do Calemba II, no Kilamba Kiaxi, e ao longo da Avenida Fidel Castro. Das mais de sete localizadas na via expressa, entre o des-

vio do Zango ao 11 de Novembro, uns formais e outros nem por isso, pelo menos quatro são geridas por funcionários angolanos que começaram como simples lavadores de viaturas. É o caso do jovem Daniel, a gerir a Gest Rim. Tem a “dura missão de manter tudo funcional” para alavancar a receita. Com apenas uma rampa de lavagem, é forçado a lavar as restantes viaturas em local inapropriado, numa autêntica demonstração de desperdício de água. Consegue captar um “bom número de clientes” na batalha de manter o negócio, assim como o emprego de dezena de funcionários.

Cenário semelhante constata-se na RM Estação de Serviço, também localizada na avenida Fidel Castro. A saída de chineses provocou uma quebra na qualidade dos serviços. O gestor e proprietário, sem se identificar, tinha projectada a abertura de mais pontos

# 20

Mil kwanzas, valor que os lavadores de carro recebem mensalmente.

de lavagem com serviços inovadores, porém, preferiu voltar “ao seu país porque as coisas não vão bem em Angola”. Com o grosso de máquinas avariadas, dedica-se somente à lavagem exterior.

Os gestores angolanos têm enfrentado uma luta tremenda para continuar a operar, uma vez que os patrões, a partir da China, solicitam semanalmente relatórios do negócio. A falta de chuva contribui substancialmente para a queda da facturação, constituindo uma dor de cabeça.

A isso acrescenta-se a abertura de outras estações de nacionais a efectuarem preços mais baratos, entre os mil e 4.500 kwanzas para lavagem exterior e 20 mil para interior, sejam viaturas ligeiras ou pesada.

Os clientes fidelizados constatarem que tem havido uma redução drástica na qualidade do serviço prestado. Mas, ainda assim, escolhem continuar a frequentar os estabelecimentos por serem conhecidos pelos funcionários, deste modo afastam o risco de possíveis roubos nas viaturas. Enquanto isso, quem está habituado com o serviço de chineses procura pelos poucos no mercado. Firmino Sousa justifica a preferência pelo grau de seriedade no trabalho e a auto-responsabilização quando surgem irregularidades. “Em muitas estações de serviço de nacionais temos de estar presentes enquanto lavam as viaturas sob pena de desaparecer algum artigo valioso. Aliás, as condições também não são adequadas”, explica Firmino Sousa.

A darem os primeiros passos na gestão de algumas estações, alguns angolanos têm experiência de trabalho com expatriados ou como ex-lavadores de carros nas ruas. Surgem nos bairros da capital, operam sem o mínimo de condições, tão-pouco utilizam produtos adequados à higienização da viatura.

A lavagem de carros é tida como uma forma de sobrevivência. No entanto, há quem aposte na qualidade e, entre o leque de serviços, acrescentam bares ou lojas com acesso gratuito à internet.

Na mesma tendência, os vietnamitas entram na corrida e vão abrindo estabelecimentos com serviços diversificados. Ou seja, além de lavarem viaturas, prestam serviços de mecânica e bate-chapa. E há quem os confunda com os chineses por causa do trabalho.

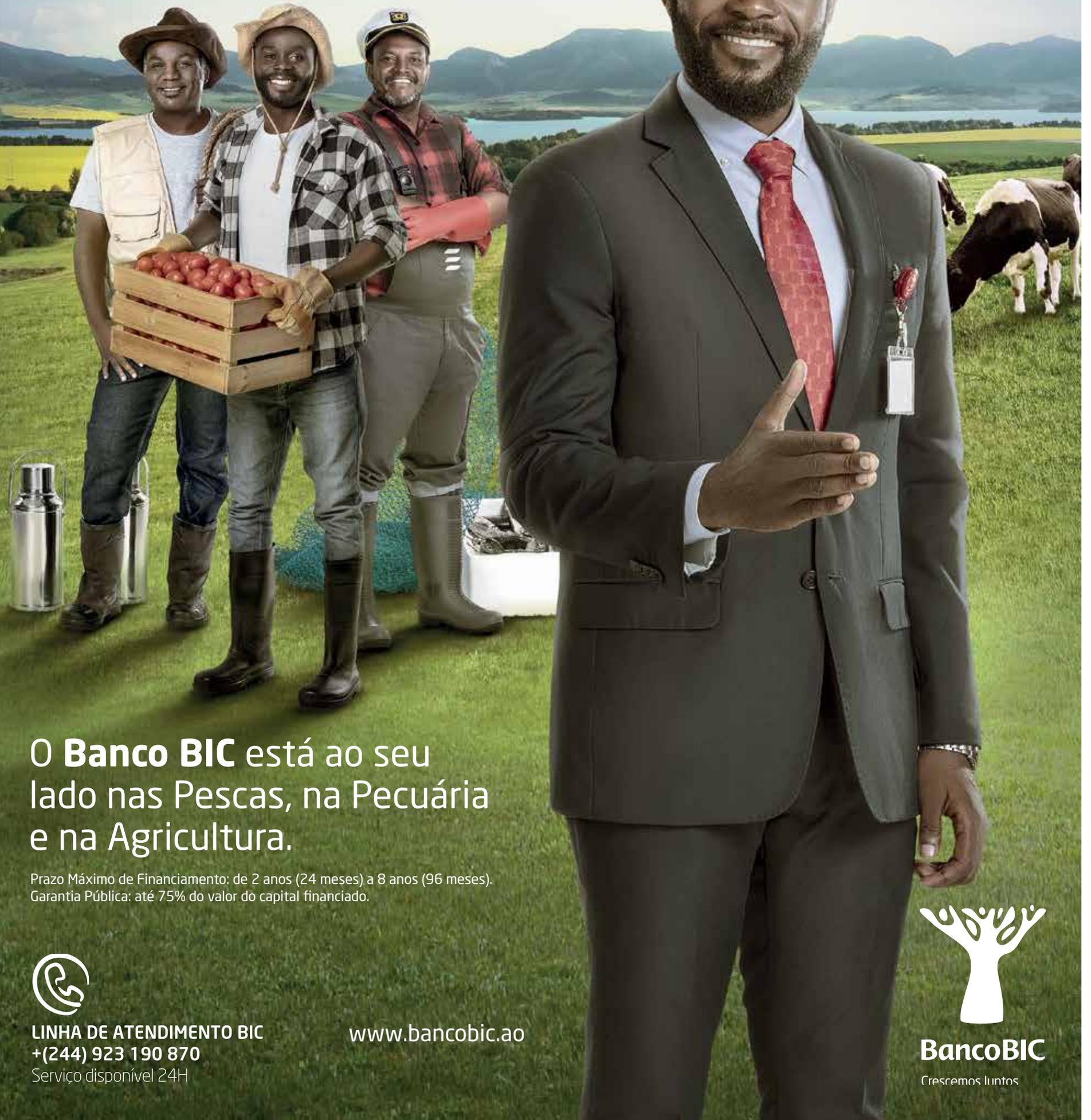
### TRABALHAR SÓ PARA NÃO FICAR EM CASA

Os funcionários de estabelecimentos associados a chineses protestam por causa dos baixos salários, contrastando com o preço de serviços praticados. Os lavadores de carro recebem 20 mil kwanzas mensais, quando a lavagem interior de uma viatura ligeira chega a custar 44 mil kwanzas, enquanto uma pesada chega aos 62 mil. Pelo que, consideram, “se trabalha só para não ficar sozinho.”



15  
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,  
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu  
lado nas Pescas, na Pecuária  
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).  
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



**LINHA DE ATENDIMENTO BIC**  
**+(244) 923 190 870**  
Serviço disponível 24H

[www.bancobic.ao](http://www.bancobic.ao)



**BancoBIC**  
Crescemos Juntos

# Opiniões



## Combate à criminalidade financeira: **Desafios e desenvolvimentos recentes** Parte II



**Cláudia Sanchez,**  
Senior Consultant  
EY, Consulting  
Financial Services

**A**ngola tem vindo a priorizar a implementação de um conjunto de medidas com vista à melhoria do sistema de prevenção e de combate à criminalidade financeira, tal como referido no meu último artigo "Combate à criminalidade financeira Desafios e desenvolvimentos recentes", publicado pelo Jornal Valor Económico no dia 11 de Abril de 2020. Assim, em Junho de 2020, o BNA, à luz das disposições constantes na Lei n.º 05/20, de 27 de Janeiro – Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de

Armas de Destruição em Massa (PBC/CFT-PADM) o Banco Nacional de Angola(BNA) publicou o Aviso nº14/2020 que veio revogar os Avisos n.ºs 21/2012 e 22/2012, ambos de 25 de Abril.

Uma das grandes novidades trazidas pelo Aviso prende-se se com a obrigatoriedade de elaboração de um reporte: o Relatório de PBC/CFT-PADM, cujo modelo foi definido pelo Instrutivo nº20/2020 de 9 de Dezembro. Assim, as Instituições financeiras ficam obrigadas a enviar, anualmente, até 31 de Janeiro, um relatório específico sobre o seu sistema de controlo interno e demais elementos informativos para a PBC/CFT-PADM que conta com cinco anexos:

- Uma parte principal (Anexo I), onde são apresentadas as informações institucionais, descritas as políticas e procedimentos de Controlo de Prevenção e Combate do BC/FTP definidos e implementados pelas instituições; os processos de gestão de

risco e utilização de novas tecnologias, produtos e serviços; entre outros aspectos relevantes como a auditoria interna e externa, ferramentas informáticas e sistemas de informação;

- O anexo II, contendo a opinião global do órgão de administração da instituição sobre a adequação e a eficácia do respectivo sistema de controlo interno, no âmbito específico da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- O anexo III contendo o parecer do Auditor Externo quanto à veracidade e adequação do relatório, o qual deve ser devidamente datado e assinado;
- O anexo IV – caracterizado pelo parecer do órgão de fiscalização, quanto à veracidade e adequação do relatório, e; à suficiência das políticas e processos em vigor nas matérias de PBC/CFT-PADM;
- E, finalmente um questionário de auto-avaliação no anexo v que,

por um lado, irá dotar o BNA de uma ferramenta de supervisão para a avaliação – qualitativa e quantitativa – da adequação dos sistemas de PBC/CFT-PADM das entidades abrangidas pela sua supervisão; e na óptica das instituições financeiras, irá auxiliá-las na aferição da robustez do seu sistema de controlo no âmbito da prevenção do BC/FT.

Este reporte padronizado vem dúvida alavancar a monitorização do risco de BC/FT-PADM do sistema financeiro angolano. Do lado do BNA, irá permitir ao mesmo receber informação sistematizada sobre as ferramentas e os procedimentos implementados pelas instituições em matéria de PBC/CFT-PADM, o que irá o auxiliar na avaliação da robustez desses sistemas, bem como na realização de análises comparativas entre as instituições.

Relativamente às instituições, esta obrigatoriedade vem trazer uma visão mais apurada do estado actual do sistema de PBC/CFT-

-PADM implementado, tornando mais eficiente a definição do plano de acção para a mitigação de eventuais insuficiências. No entanto, não podemos desconsiderar que este reporte irá exigir uma melhor definição dos processos relativos à gestão do risco de BC/FT-PADM e que a eficiência dos mesmos se encontra directamente ligada ao nível de qualidade e robustez das ferramentas e aplicativos informáticos utilizados. Segundo o Instrutivo nº 20/2020, as ferramentas e aplicativos informáticos robustos devem:

- Assegurar a interoperabilidade entre o sistema principal da Instituição e as ferramentas e aplicativos informáticos destinados à PBC/CFT-PADM, ou seja, que permitem que as operações realizadas no sistema principal da Instituição (p.e abertura de contas, depósitos, levantamentos, transferências, créditos, cambiais), sejam reflectidas em tempo real, com vista a verificar no mínimo o seguinte:
  - Se são ou estão ligadas a pessoas e Instituições designadas;
  - Se são pessoas politicamente expostas (PPE);
  - O nível de classificação de risco associado ao cliente e transacções; e
  - Operações fraccionadas.
- Gerar relatórios estatísticos sobre os alertas, devendo manter o histórico de diligências efectuadas.

É bastante comum associar “soluções tecnológicas robustas” a “custos elevados”, o que acaba por constituir um grande entrave ao desenho e implementação de soluções mais evoluídas e adequadas às especificidades de cada instituição. Assim, é cada vez mais urgente a desassociação de evolução tecnológica do conceito de custo. Não nos podemos esquecer que soluções tecnológicas que respondam às exigências regulamentares e às necessidades dos clientes, ajudam as instituições a alcançar de forma mais eficiente os objectivos de negócio e mantêm a um nível mínimo o risco reputacional das mesmas.

Neste contexto, as instituições devem envidar esforços no sentido de rever todo o processo de gestão de risco de PBC/CFT-PADM, incluindo a componente tecnológica de suporte. Um sistema robusto, adequado à realidade de cada instituição e que garanta conformidade regulamentar, é um investimento não só importante, mas igualmente urgente.

*O Banco Mundial estima que a pandemia covid-19 irá arrastar mais de 150 milhões de pessoas para a pobreza extrema até o final de 2021, com a galopante insegurança alimentar.*

# Os perigos de uma recuperação global desigual



**Kenneth Rogoff,**  
Professor de  
Economia e  
Políticas públicas  
na Universidade  
de Harvard

A recuperação económica, tal como as vacinas contra a covid-19, não será distribuída uniformemente ao redor do mundo nos próximos dois anos. Apesar do enorme apoio político fornecido por governos e bancos centrais, os riscos económicos continuam profundos e não apenas para economias fronteiriças que enfrentam iminentes problemas de dívida e países de baixos rendimentos que experimentam um aumento alarmante da pobreza. Com o coronavírus ainda longe de ser controlado, o populismo em alta, a dívida global em níveis recordes e a provável normalização desigual das políticas, a situação vai continuar a ser precária.

Isso não significa desmentir as boas notícias em termos gerais dos últimos 12 meses. Vacinas eficazes tornaram-se disponíveis em tempo recorde, muito antes do que a maioria dos especialistas originalmente previa. A maciça resposta monetária e fiscal construiu uma ponte em direcção ao tão esperado fim da pandemia. E o público adaptou-se a conviver com o vírus, com ou sem a ajuda das autoridades nacionais.

Porém, embora os resultados do crescimento em todo o mundo tenham sido muito melhores do que a maioria esperava nos primeiros dias da pandemia, a recessão actual ainda é catastrófica. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que os EUA e o Japão não irão retornar aos níveis de produção anteriores à pandemia até o segundo semestre deste ano. A zona euro e o Reino Unido, novamente em declínio, não vão chegar a esse ponto até o meio de 2022.



A economia chinesa está por conta própria e deve ser 10% maior no final de 2021 do que era no final de 2019. Mas, no outro extremo do espectro, muitas economias em desenvolvimento e mercados emergentes poderiam precisar de anos para retornar às suas trajetórias pré-pandémicas. O Banco Mundial estima que a pandemia covid-19 irá arrastar mais de 150 milhões de pessoas para a pobreza

extrema até o final de 2021, com a galopante insegurança alimentar.

As diferentes projecções de desempenho têm muito que ver com o cronograma de aplicação da vacina. As vacinas devem estar amplamente disponíveis nas economias avançadas e em alguns mercados emergentes até o meio deste ano, mas as pessoas nos países mais pobres provavelmente esperam até 2022 e depois disso.

Outro factor é a impressionante diferença de apoio macroeconómico entre países ricos e pobres. Nas economias avançadas, os gastos governamentais adicionais e os cortes de impostos durante a crise da covid-19 foram em média quase 13% do PIB. Com empréstimos e garantias, totaliza-se outros 12% do PIB. Em contrapartida, os aumentos de gastos de governos e cortes de impostos nas economias emergentes totalizaram cerca de 4% do PIB e os empréstimos e garantias outros 3%. Para os países de baixos rendimentos, os números comparáveis são 1,5% do PIB em apoio fiscal directo e quase nada em termos de garantias.

No período que antecedeu a crise financeira de 2008, economias emergentes apresentavam sólidos balanços em comparação com países desenvolvidos. Mas entraram nesta crise sobrecarregados com muito mais dívida pública e privada e, portanto, encontraram-se muito mais vulneráveis. Muitos estariam em sérios problemas, não fosse pelas taxas de juros próximas a zero nas economias avançadas. Mesmo assim, tem havido uma crescente onda de inadimplências soberanas, inclusive na Argentina, Equador e Líbano.

Na verdade, um 'taper tantrum 2.0' (termo que se refere ao aumento de rendimentos de tesouro nos EUA, em 2013) entra quase no topo da lista de coisas que correm risco de correr mal e, se (ou quando) isso acontecer, não vão ser apenas os mercados emergentes a sofrer. O 'taper tantrum' de 2013 ocorreu quando a Reserva Federal dos EUA (Fed) começou a sinalizar que um dia normalizaria a sua política monetária, desencadeando enormes saídas de fundos de mercados emergentes. Desta vez, a Fed tem feito grandes esforços para sinalizar que não planeia, de imediato, aumentar as taxas de juros, mesmo introduzindo um novo arcabouço monetário que basicamente equivale a uma promessa de manter o pé no acelerador até que o desemprego esteja extremamente baixo.

Essa política faz todo o sentido. Desde 2008, permitir que a inflação suba temporariamente acima da meta de 2% da Fed faria muito mais bem do que mal em um ambiente onde os níveis de dívida são altos e a produção ainda está abaixo do potencial. Afinal, há nove milhões de pessoas a menos a trabalhar nos EUA hoje do que há um ano.

Mas se os EUA alcançarem as metas de vacinação até o verão e se as mutações do coronavírus forem controladas, as previsões de um aumento de taxas de juros zero pela Fed podem ser significativamente antecipadas. Isso é especialmente provável dada a enorme reserva de poupança que muitos norte-americanos acumularam, em parte devido ao aumento dos preços dos activos e em parte às transferências do governo que muitos beneficiários optaram por economizar.

Políticas de taxas de juros ultra-baixas em todo o mundo ajudam a prevenir cicatrizes de longo prazo, mas muitas empresas maiores, incluindo as grandes de tecnologia, não precisam do apoio que está a aumentar os preços das acções. Isso está inevitavelmente a alimentar a raiva populista (uma pequena amostra disso ficou evidente nas reacções de alguns políticos dos EUA à recente guerra dos preços das acções da GameStop).

A inflação pode estar insistentemente baixa por agora, mas uma explosão na procura pode empurrá-la para cima, levando a Fed a aumentar as taxas um pouco mais cedo do que tem planeado. O efeito cascata de tal movimento nos mercados de activos separaria os fortes dos fracos e atingiria os mercados emergentes de maneira particularmente forte. Ao mesmo tempo, os legisladores, mesmo nos EUA, terão de permitir que as falências aumentem e a reestruturação aconteça. Uma crescente maré de recuperação é inevitável, mas não levantará todo mundo.

## Opiniões

## E agora pergunto eu...



**Geralda Embaló**  
Directora-Geral  
Adjunta

Uma das últimas unidades do mestrado de marketing político e institucional que fiz é precisamente a comunicação de crise. Todo o mestrado é superinteressante, sobretudo para um jornalista, porque permite entender e desconstruir as técnicas da comunicação para o público e permite entender como comunicam as instituições e sobretudo que efeitos têm ou podem ter essas comunicações junto do público. Esta unidade é uma das últimas e foi lecionada pelo mentor sénior do mestrado, provavelmente para nos ficar na memória e por ser uma das mais instrumentais de toda a formação de comunicação institucional: saber o que dizer quando as coisas correm mal. E é uma aula que faz imensa falta à maioria dos representantes das nossas instituições públicas, até porque começa por lembrar uma lição que no fundo é uma lição de vida, que é a da humildade de reconhecer que, se se está a falar em nome de uma instituição pública, isso significa que se trabalha para o público, é-se servidor público e por isso deve-se contas e a prestação dessas contas é uma obrigação, não um favor. Uma lição que os nossos governantes se alguma vez souberam, esquecem muitas vezes. Nessa aula o professor dividiu a turma, distribuiu situações desastrosas e colocou cada um dos alunos primeiro na capacidade de quem comunica em representação da instituição em causa e depois no lugar de quem é lesado pelo desastre. Uma das situações de crise que calharam ao meu grupo foi um derrame petrolífero e outra um acidente de trabalho em que morreram trabalhadores da empresa



que representávamos. Trabalhávamos com casos de estudo reais e em que depois era possível observar e medir o impacto dessas comunicações. Houve casos em que a gestão de crise foi tão má que levou a que a empresa perdesse valor em bolsa, se visse abandonada pelos stakeholders, multada por supervisores e até em falência. A comunicação institucional tem impacto directo na percepção da imagem da instituição e instituições com má imagem pagam sempre um preço elevado. No caso das instituições do Estado, o preço é mais elevado ainda que indirectamente, porque reflecte na imagem externa do país num mundo globalizado em que o crédito soberano que o país recebe da comunidade internacional está atrelado a essa mesma imagem. É verdade que as ações falam mais alto do que as palavras, mas é um paradoxo que na esfera pública as ações dependam tanto das palavras para serem de facto compreendidas.

Foi tema da semana passada e continua a ser o que domina a actualidade desta (ou que pelo menos devia dominar), os acontecimentos em Cafunfo e a reacção das nossas instituições a essa crise. Uma reacção falhada a principalmente a nível da preservação da vida que deve ser sempre prioritária para todos e mais para instituições de ordem pública.

Li online várias críticas à imprensa em comentar o assunto na ausência de informação confirmada e confiável, que são perfeitamente compreensíveis, porque temos um histórico de informações falsas prestadas tanto por vítimas como por agressores que se fazem passar por vítimas e é sempre difícil perceber de facto quem é quem e o que se passou realmente. E muitas vezes os comentários desinformados contribuem para incendiar situações que se querem sanadas. No entanto, volto a reiterar que o que se sabe com certeza, através principalmente da comunicação em estilo bélico das autoridades (da polícia e do MININT) e dos vídeos a circular online que mostram imagens de acções de uma violência gratuita, vingativa e perfeitamente inaceitável independentemente do contexto contra gente visivelmente indefesa no chão, são mais do que suficiente para atestar a falência de instituições que como a polícia são instrumentais para a saúde de qualquer sociedade.

Não se trata aqui de apontar o dedo só para apontar culpados. É preciso apurar responsabilidades para que não torne a acontecer e para restaurar a confiança nessas autoridades. Trata-se de pôr ao serviço de um bem comum, nomeadamente a segurança pública, os muitos neurónios e as muitas vozes que temos e que colocam acima de qualquer

partidarismo ou nacionalismo ou ismo de qualquer feito (e que as há mesmo dentro do sistema) porque o bem vida (como costuma dizer a nossa ministra da saúde), é o mais importante preservar.

Aqueles corpos ensanguentados arrastados no chão que vemos nos vídeos feitos pelas próprias forças que deviam preservar a ordem, em vez de embarcar em vinganças sanguinárias com laivos nacionalistas que só acabam envergonhando a nação, são filhos de mães e de pais, são eles próprios pais de crianças que podem ver os seus pisados por botas da ordem pública, são irmãos são tios são família de alguém... e agora pergunto eu, mesmo que se justificassem disparos para defesa da vida dos policiais, como se justifica a selvajaria odiosa que se vê nos vídeos, homens fardados a pisarem em cabeças no chão, a arrastarem corpos que vêm calmamente a esvaírem-se em sangue? É suposto termos medo ou confiança nas nossas autoridades policiais? Se agem com violência mortífera e vingativa tantas vezes como se fossem juizes e carrascos é possível confiarmos-lhes a segurança pública? A segurança dos nossos filhos? Os chefes que elogiam essa violência sem nem terem tempo de analisar a situação toda, podem ter capacidade de reformar estas instituições como é claramente necessário?

Voltando à lição da comunicação de gestão de crise, a primeira coisa que nos ensinam é a demonstrar clara e inequivocamente empatia com quem perdeu mais com o desastre em causa, empatia com quem perdeu entes queridos, empatia com quem sofre mais, o exercício de pensarmos “e se fosse connosco, com os nossos filhos?”. E foi essa empatia que não se viu das nossas autoridades que se puseram a demonizar os mortos a tentar dizer que de alguma forma mereceram morrer daquela maneira. Uma incompetência chocante e tanto mais porque a polícia até tem profissionais capazes e com formação para gerir a comunicação de forma a equilibrar o apoio necessário a qualquer actuação policial com a empatia com quem perdeu mais. Um equilíbrio que procure sanar, criar pontes em vez de incendiar e dividir. Nos discursos dos “misséis” e de “a polícia fez muito bem” viram-se apenas demonstrações do autoritarismo repressivo que fez o país quedar no índice da democracia feito pela Economist (como quedaram a maioria dos países confrontados com a pandemia) e que a continuar assim vai quedar muito mais.

Nesse quadro da falta de empatia foi um bálsamo ler sobre as declarações do ministro da Justiça que assumiu que houve violação dos direitos humanos (ainda que de parte a parte), e que prometeu um inquérito para apurar responsabilidades. Esperemos é que esse inquérito seja independente em vez de a polícia a investigar-se a si própria. Era isso, essa serenidade, maturidade e imparcialidade que se esperava dos outros responsáveis que falaram em nome da polícia e que se esperava do Presidente que até agora se mantém mudo enquanto já se fala em “massacre” em todo o mundo com todos os danos para a imagem do país que essa palavra acarreta. Ver dentro do sistema de governo vozes que se mostram capazes de remar contra a maré, capazes de pensar pelas próprias cabeças, fora da carneirada, capazes de lembrar que o país é de todos não só de quem manda, quase faz renascer a esperança na capacidade do governo de manter a vigilância à sua própria actuação, de manter uma independência higiénica entre poderes que é tão essencial em democracia e que até agora parece ser miragem. Quase... até se ler o comunicado do partido no poder sobre Cafunfo.

*A Bacia do Okavango não tem tempo para se transformar numa província petrolífera. Em contrapartida, essa mesma bacia é uma donzela, pura e virgem na qual se pode desenvolver a capital do turismo nacional.*

# Okavango: A Nossa Virgindade



António Vieira,  
ex-director da  
Cobalt Angola

**E**videntemente que é de lamentar, porém, acreditem ou não, estamos neste momento a testemunhar o fim da Idade do Petróleo. É isso mesmo, sem tirar nem pôr, estamos no fim desta Era que dura há um pouco mais de cem anos. É a repetição da nossa evolução no seu melhor.

Há pouco mais de doze mil anos acabou a Idade do Gelo após diversas glaciações alpinas conforme podemos concluir pelo estudo e observações geológicas consequentes da redução de temperaturas médias durante um longo período sobretudo nos Alpes. Considera-se que ela começou há 100 mil anos e terminou há 12 mil.

Há pouco mais de quatro mil anos acabou a Idade da Pedra cuja característica principal foi a utilização da pedra como matéria-prima utilitária tendo sido usada para o fabrico dos mais diversos instrumentos de utilização quotidiana incluindo ferramentas básicas e armas de corte e/ou precursor. Foi ainda neste período que o homo sapiens evoluiu de caçador/colector para a sua condição actual de produtor.

Há pouco mais de três mil anos acabou a Idade do Bronze tendo sido este o período em que ocorreu e se desenvolveu esta mistura de cobre e estanho. Foi durante este período que se desenvolveu o uso intenso de metais e as primeiras redes de desenvolvimento de comércio uma vez que a produção de artefactos de bronze exigia longas rotas comerciais em busca de estanho.

Há pouco mais de dois mil e trezentos anos acabou a Idade do Ferro essencialmente caracterizada pela utilização do ferro como metal de fundição e em substitui-

ção do bronze. A Idade do Ferro é o último dos quatro principais períodos utilizados para classificar as sociedades anteriores.

É evidente que o fim destas Eras não implicou o fim absoluto da sua razão: continua a haver gelo, continua a usar-se a pedra e o bronze, tal qual o ferro. Por outras palavras, perderam o significado e a relevância evolutiva que tiveram durante os períodos em que eram o motor de desenvolvimento humano.

E foram precisos mais de mil anos para se entrar na Idade do Petróleo. Diferente das anteriores, a Idade do Petróleo veio modificar o 'modus vivendi' da humanidade e permitiu os avanços tecnológicos de uma maneira tão acelerada que nos permitem o mundo como o temos hoje. E, por ter sido uma Era de elevado sucesso e a alta velocidade, tornou-se, por si própria, um período muito mais curto do que as Eras anteriores. Valiosíssima, porém está a chegar ao fim.

A Idade do Petróleo foi fundamental para a produção de energias. Porém, a sua escassez relativa e o preço elevado fizeram com que se desenvolvessem rapidamente energias alternativas, o que acelerou o seu fim. O monstro matou-se a si próprio. O IPCC definiu o fim do uso do petróleo como principal produtor de energia antes de 2100. Pelo andar da carruagem, e, por causa dos danos ambientais, os governantes

da actualidade estão a posicionar-se para verem este fim em 2050. A realidade em 2021 sugere que em 2030 mais de 60% da energia não será do petróleo. E, com esse decréscimo da necessidade e subsequente procura, o preço também caíra. Caindo o preço, somente os produtores baratos sobreviverão.

E como nada pode ser mais ridículo, vemos hoje uma campanha vinda do nosso governo propondo-se a exploração de petróleo nas nossas bacias internas. Especificamente, estão a falar da abertura de concursos públicos para a exploração de petróleo na Bacia do Okavango. Até parece uma brincadeira de muito mau gosto. O negócio está a chegar ao fim e, nós queremos iniciá-lo!

Há relativamente muito pouco tempo, fez-se um concurso público para cerca de vinte blocos offshore e, acredito que só houve interesse limitadíssimo por três desses blocos. Interesse pálido, morno, envergonhado. E até agora pouco ou nada se fez em termos de investimento. Estamos há cerca de dez anos a falar do relançamento da exploração nas bacias do Congo e do Cuanza onshore e, até ao presente, ainda não fomos capazes de dar um passo em frente. Os parceiros internacionais não têm mostrado o interesse que se esperava até porque estão eles próprios a repensar a sua actividade. Estão a posicionar-se para as energias alternativas. A produção do

petróleo em Angola é muito cara. Assim sendo, o interesse pela exploração em áreas novas está muito perto do seu término. Será que as nossas entidades não conseguem entender o que se está a passar? Ou será simplesmente um exercício de sismicidade por meios aéreos (aero-magnetismo/aero-gravimetria/aero-gravidade) e recolha de amostras do solo a ser financiado pelo governo de modos a

## Riqueza-Pobreza-Terror

Musculados pela avidez da riqueza  
Como mercenários a fugir da pobreza  
Escondam o medo no terror da incerteza  
E lançam-se contra os pobres inocentes  
Ignorando que também têm parentes  
Sem pão, sem escola, de saúde - doentes  
Que protestam porque querem algo melhor  
Sabendo que para o ter têm que se expor  
Expondo-se dão de frente com o terror

Pagos pelos acumuladores da riqueza  
Ignorando o que os rodeia, mesmo a pobreza  
E deixam o futuro do país nessa incerteza  
De armas na mão disparam sobre inocentes  
Que mortos deixam sofrendo os parentes  
Só não se vingam porque estão todos doentes  
Mas chegará o dia em que estarão melhor  
E que no tribunal da ordem acabarão por expor  
As sevícias que sofreram naquele dia de terror

Só que quando acabar a riqueza  
E voltarem a antiga pobreza  
Deixarão de lado a incerteza  
Reclamarão serem todos inocentes  
E esconder-se-ão por trás de parentes  
E lentamente viverão doentes  
Esperando por algo que seja melhor  
E que ninguém os voltará a expor  
Dia e noite viverão a luz do terror.



que alguém beneficie de comissões especulativas? Será mais um caso de "que s'a lixe o resultado... o que importa é a comissão?" Historicamente, temos muitos exemplos destes na nossa bandeja de pára-queidistas no governo.

A Bacia do Okavango não tem tempo para se transformar numa província petrolífera. Em contrapartida, essa mesma bacia é uma donzela, pura e virgem na qual se pode desenvolver a capital do turismo nacional. É o paraíso esquecido. Um turismo que para além de ser único e exclusivo irá durar até a eternidade. Para quê entrar numa corrida que já está no fim?

Aos nossos deputados, por muita gente acusados de passividade e incoerência posicional e funcional é altura de agarrarem o toiro pelos cornos e finalmente travarem esse desastre. A esses vendilhões da pátria peço que deixem de tentar vender a "virgindade das nossas terras" tal qual permitam que se venda a das nossas irmãs ao mercenarismo da carne viva. Tal qual os poderes de ontem, na sua virgindade elementar, venderam e vendem os nossos jovens para a escravidão dos evangelizadores.

E para além de tudo isso, há uma população local que para além de nunca ter sido ouvida, terá que engolir com os "estilhaços, resíduos e demais danos colaterais" provocados pelas operações petrolíferas. E não me atirem aos olhos a falsidade da criação de emprego, porque a indústria precisa de especialistas que por lá não existem. Mais respeito, por favor. Nós, os ratos da cidade, temos a obrigação de saber tudo sobre a cidade. Sobre as chanas do leste, os locais e a natureza sabem muito mais que nós.

"Exijo" que se abandone este propósito mais maléfico que o capeta. Sim, que se comece a diversificar a economia e, se projecte a indústria do turismo rural mesmo que seja numa forma primitiva. Já. Na bacia do Okavango. Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.



# Jornal Valor Económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)



Edição 244 Partilhas 44 Likes 433

**A edição do Valor Económico da semana que passou alcançou mais de 30 mil internautas que reagiram e comentaram a desvalorização dos comentários do governador do Banco Nacional de Angola pelos banqueiros e sobretudo a entrevista concedida pelo director geral da Unitel Miguel Geraldês que revelou que a empresa tem receitas abaixo dos mil milhões de USD.**

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários



**Manuel Nolombe Sambongue Sambongue**

Dá nisso quando se misturam com os gestores políticos... Assim mesmo já está a começar ser decretado o abismo da Unitel... Triste



**Jupiter Waves**

O estado actual da Unitel traduz a falta de competência dos nossos gestores públicos.



**Adam Bernardo**

UNITEL está desmoronando...



**Inácios Kabembe**

Mesmo a roubarem muito saldo aos clientes!



**Michaël Stainless Mc Maleka**

Isso é a prova da vossa negligência no nível do serviço que prestaram



**Joseph Macedo**

Foi só a Isabel estar fora que a coisa começou a descambar...



**António Pereira**

A gestora dinâmica se afastou e agora os lucros estão ameaçados. Para matar mesmo a Unitel, entenderam trazer outra operadora.



**Dionísio De Jesus Marley**

**António Pereira**

Acho que é pelo facto da mamada no estado terminar acabar, isto na mão dos privados e sem interferência política essa empresa anda e muito bem. Esqueçam a super-gestora que vcs vêem nessa suposta



**António Pereira**

**Dionísio De Jesus Marley**

Esquece quem é egoísta com dificuldade de reconhecer o bom trabalho do próximo. Ela pode ter cometido erros, mas as ideias criativas dela, trouxeram o bem-estar de muitas famílias através dos diversos empregos criados por ela.



**Dionísio De Jesus Marley**

**António Pereira**

Ser egoísta é desviar milhões que seriam destinados a outras áreas do bem comum, e concentrá-los todos em um grupo de pessoas que nos davam migalhas e se passavam por heróis na mente de quem sofre de síndrome de Estocolmo. Privar o país de potenciais investidores e se calhar até melhores para poder monopolizar toda a economia (e quando digo economia estou a ser irónico), com a conivência de mais velhos que privavam a juventude de falar política (sendo que essa juventude só tentava reivindicar seus direitos). Aquele abraço mais velho. Eu quero que essa corja toda de gangsters se lixem, eles roubaram biliões e nos davam migalhas, e ainda há quem a defenda. Enfim



**António Pereira**

**Dionísio De Jesus Marley**

A inveja define o raciocínio correcto. Dificulta à pessoa distinguir as causas do bem e do mal.



**Dionísio De Jesus Marley**

**António Pereira**

A falta de lucidez e a bajulação desenfreada, vinda de ditos adultos ou mais velhos estragou este país. Nós somos a geração da linha da frente



**Jose Soares**

Quando logo ao início não forem estudados aspectos importantes para a sustentabilidade do negócio dá nisso



**Carlos Gaspar Gando**

Chegou a hora da verdade. Tudo acaba, tudo passa. O tempo é o melhor JUÍZ;



**Valter De Jesus**

A nova gestão já começou a desviar os rendimentos

**Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2**

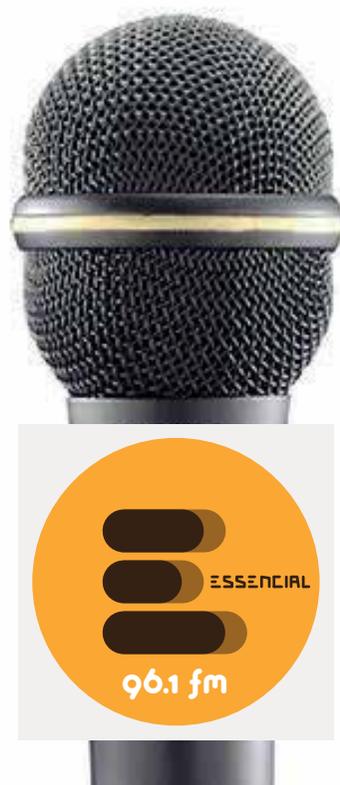
**Contribua para manter o jornalismo de qualidade.**

**GEM Angola Global Media, Lda**

**Iban:  
0051 0000 7172  
9933 1512 7**

O QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



# Covid-19

DE FORMA “CONDICIONAL”

## China autoriza uso da vacina da Sinovac

A autoridade reguladora de medicamentos da China aprovou de forma “condicional” uma segunda vacina contra a covid-19, a Coronavac da Sinovac, anunciou a empresa farmacêutica. A autorização vem após vários ensaios da vacina em países como Brasil e Turquia, embora “os resultados em termos de eficácia e segurança ainda não tenham sido confirmados”, disse a Sinovac numa nota de imprensa.

Segundo a empresa, o antígeno – vírus inactivo – pode ser usado para vacinação “de pessoas a partir dos 18 anos para

prevenir doenças causadas pelo coronavírus SARS-CoV-2” e deve ser aplicado em duas doses de 0,5 mililitros cada uma num intervalo de 14 a 28 dias.

A aprovação condicional significa que a vacina agora pode ser dada ao público em geral, embora a pesquisa ainda esteja em curso. A empresa terá de apresentar dados de acompanhamento, bem como relatórios de quaisquer efeitos adversos após a vacina ser vendida no mercado.

É a segunda vacina produzida localmente a receber aprovação condicional. Em Dezembro, Pequim autorizou a

vacina estatal da Sinopharm. Tanto a injeção da Coronavac quanto a injeção de Sinopharm são vacinas inactivadas de duas doses, contando com a tecnologia tradicional que torna mais fácil o transporte e o armazenamento do que as vacinas da Pfizer, que requerem armazenamento extra frio o que pode fazer a diferença para os países em desenvolvimento com menos recursos.

Na sexta-feira a empresa chinesa Sinovac apresentou os procedimentos da sua vacina Coronavac contra covid-19 perante a autoridade sanitária do México.



POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

## Mitos e ‘fake news’ afectam vacinação

Mitos religiosos e ‘fake news’ têm deixado indígenas brasileiros apreensivos no momento de serem vacinados contra a covid-19, com receio de se tornarem “jacarés” ou de “receberem o sinal da besta”, relatou à Lusa a nativa Vanda Ortega.

Apesar de em muitas aldeias indígenas da Amazônia não haver sinal de rede móvel nem acesso à Internet, o “passa palavra” acaba por ser um método mais rápido e eficaz, com as notícias falsas sobre a imunização a atravessar gerações e a consolidar medos.

Vanda Ortega, do povo Witoto, professora e técnica de enfermagem que actua na linha de frente no combate à pandemia em Manaus, foi a primeira indígena a ser imunizada contra a covid-19 no estado do Amazonas, garantindo que aceitou o convite com o intuito de desmistificar todas as crenças em torno da vacina e assumiu que também tinha os seus medos.

Em Dezembro, o chefe de Estado questionou os possíveis efeitos colaterais das vacinas contra o coronavírus, dando como exemplo a da Pfi-

zer/BioNtec, afirmando que não há garantia de que ela não transformará quem a tomar “num jacaré”.

Mitos envolvendo religião também circulam pelas aldeias do Amazonas, difundidos por religiosos evangelizadores, que alertam que os indígenas que tomarem o imunizante ficarão marcados com “o sinal da besta”, uma profecia associada à Escritura Sagrada Judaico-Cristã.

“Tenho percebido, principalmente dentro das nossas aldeias, discursos de muitos religiosos com campanhas contra a vacina. Esse é um dos principais desafios para a nossa população ser vacinada. Os indígenas não estão a aceitar a vacina devido a discursos como o sinal da besta ou com receio de se tornarem jacarés. Ouço imensos mitos desse género”, explicou à Lusa Vanda Ortega.

Vanda contou ainda que, após ter sido vacinada, recebeu muitas perguntas vindas dos seus parentes do interior do Amazonas, que a questionaram se tinha “virado jacaré”: “Foi uma situação absurda”, detalhou.

COMBATE A COVID-19

## BM disponibiliza mais de 77 milhões kz

O Banco Mundial (BM) disponibilizou mais de 77 milhões de kwanzas a Lunda-Sul para a aquisição de matéria-prima para a produção de sabão e kits de limpeza nas escolas.

A doação enquadra-se no Programa de Aprendizagem para Todos (PAT), que tem como finalidade melhorar as condições nas escolas do ensino primário e secundário face à pandemia da Covid-19. O material será distribuído pelas escolas dos quatro municípios (Dala, Muconda, Cacolo e Saurimo) com o intuito de proteger as crianças, numa altura em que se prevê o reinício das aulas a 10 deste mês. Para assegurar o processo lectivo primário e secundário, foram formados 16 professores que trabalharão nas quatro mini unidades de fabrico de sabão.



**ISRAEL ANUNCIOU** que um medicamento experimental contra o câncer pode ajudar na recuperação da covid-19 com os cientistas a afirmarem que 29 dos 30 pacientes com tratados com EXO-CD24 tiveram recuperação total em cinco dias

## MARCAÇÕES EM CURSO

# Macau arranca com vacinação

A vacinação em Macau vai começar a partir desta terça-feira e as pessoas consideradas prioritárias podem inscrever-se para tomar a vacina no território que é considerado um dos mais seguros do mundo.

Em conferência de imprensa, os responsáveis pelo combate à epidemia em Macau anunciaram que os prioritários como o pessoal da linha de frente (profissionais de saúde, bombeiros, polícias, etc.), os grupos com alto risco de exposição ocupacional (profissionais de aviação e transportes públicos, trabalhadores expostos a alimentos de cadeia de frio e alimentos frescos, professores e alguns funcionários dos casinos) podem começar a ser vacinados a partir das 09:00 de terça-feira. As inscrições online voluntárias para estes grupos já arrancaram, detalharam as autoridades. As autoridades apelaram para os grupos prioritários aderirem ao programa de forma a “serem vacinados o mais rápido possível”.

Para as 09:00 de terça-feira as autoridades organizaram uma cerimónia de vacinação e entre os intervenientes, segundo órgãos de comunicação locais, estarão várias figuras máximas do Governo como o secretário para a Segurança, a secretária para os Assuntos Sociais e o director dos Serviços de Saúde, arrancando assim processo de vacinação no território com cerca de 680 mil pessoas.



## DEVIDO A FALTA DE EFICÁCIA

# África do Sul adia vacinação com AstraZeneca

A África do Sul adiou o início da vacinação contra a covid-19 com o fármaco AstraZeneca devido à falta de eficácia contra a variante do novo coronavírus 501Y.V2 dominante no país, anunciou o ministro da Saúde sul-africano. Zweli Mkhize disse que a decisão de suspender temporariamente o uso da vacina contra a covid-19 da AstraZeneca no programa de vacinação do Governo, foi tomada depois de um estudo científico indicar que a vacina oferece “protecção mínima” contra casos leves e moderados da variante 501Y.V2, dominante no país.

“Queremos que os nossos cientistas aconselhem primeiro o Governo o que fazer com a AstraZeneca e quando é que pode ser aplicada, não há a intenção de a devolver ao fabricante, o plano é saber dos cientistas como lidar com esta vacina para avançar com a vacinação”, adiantou Zweli

Mkhize aos jornalistas, por videoconferência.

O governante disse que, entretanto, o Governo sul-africano vai vacinar com vacinas produzidas pela Johnson & Johnson e a Pfizer nas próximas semanas.

O ministro Mkhize salientou que o estudo científico foi realizado pelas universidades Wits, na África do Sul, e Oxford, no Reino Unido, envolvendo 2.000 participantes com idade média de 31 anos. A África do Sul recebeu na semana passada do Instituto Serum da Índia um milhão de doses da vacina AstraZeneca que deveriam ser administradas aos profissionais de saúde nos próximos dias.

O país anunciou ainda mais 500.000 doses para o próximo mês de Março. Com mais de 8,4 milhões de testes de covid-19 realizados desde Março e 26.055 nas últimas vinte e quatro horas.

## ESTRATÉGIA DE VACINAÇÃO

# Von der Leyen volta a rejeitar críticas

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, voltou a rejeitar as críticas à estratégia de vacinação na União Europeia, em textos de opinião publicados em todos os Estados-membros ao longo do fim de semana.

Os atrasos nas entregas de vacinas na Europa devem-se “a problemas no processo de fabrico ou escassez de ingredientes importantes” na “fase de arranque” do fabrico, sustenta a chefe do executivo europeu num texto publicado no jornal Público e co-assinado pela comissária portuguesa, Elisa Ferreira.

Evocando as críticas sobre uma “falta de rapidez na tomada de decisões”, Von der Leyen afirma que “honestamente” discorda de que “teria sido possível ser muito mais rápido”, de que “um Estado-membro sozinho teria feito melhor” ou de

que “um contrato celebrado mais cedo seria garantia de uma entrega mais célere e em quantidades adequadas”.

“Convém não esquecer que a vacinação implica injetar uma substância activa biológica numa pessoa saudável. Não são decisões que possam ser tomadas de forma ligeira. A segurança e a eficácia foram sempre primordiais”, frisa, apontando que isso explica nomeadamente “o atraso em relação ao Reino Unido no arranque do processo de vacinação e a actual diferença no número de pessoas vacinadas”.

Von der Leyen aponta que, desde o início da vacinação na União Europeia, a 27 de Dezembro, as farmacêuticas “entregaram 20 milhões de doses”, que “em Fevereiro os países da UE receberam mais cerca de 33 milhões de doses e em Março 55 milhões”.



## NO FINAL DESTE MÊS

# Primeiras vacinas chegam a Timor-Leste

O Ministério da Saúde timorense disse que as primeiras 100 mil doses da vacina para a covid-19 deverão chegar a Timor-Leste no final deste mês, permitindo começar a vacinar grupos prioritários.

Odete da Silva Viegas, coordenadora geral da comissão responsável pelo combate à covid-19 em Timor-Leste, explicou à Lusa que o plano de vacinação “está praticamente terminado”, devendo ser

apresentado e analisado pelo Conselho de Ministros. Questionada pela Lusa sobre se a vacinação inicial se centrará também na zona da fronteira, como defendeu o ex-primeiro-ministro e ex-ministro da Saúde, Rui Araújo, a responsável do Ministério da Saúde disse que o assunto foi analisado.

“Continuamos a trabalhar nesse plano com a equipa técnica e também discutimos sobre essa

questão, de garantir que as pessoas que vivem nas zonas da fronteira abrangem os 20% iniciais das vacinas”, explicou.

Sobre o calendário das vacinas esperadas – 20% das necessárias no país serão fornecidas pela plataforma Covax –, Odete Viegas disse à Lusa que as primeiras 100 mil doses deverão chegar “no final de Fevereiro”. As restantes são esperadas “entre Março e Abril”.



# Marcas & Estilos



## Objectos de valor

Esta pasta da Columbus é feita com pele de vaca 100% macia com acabamento de pêlo de pónei. Foi projectada para viagens. Compacta e fácil de transportar, mas profunda o suficiente para maximizar a capacidade. É igualmente adequada para saídas casuais com amigos ou para um profissional exigente. Oferece vários bolsos e compartimentos para todos os seus objectos de valor.



## Como resistir...?

As peças da Revati são as que, no mercado mundial, apresentam indubitavelmente uma qualidade inquestionável. E esta camisa da em malha de manga curta com gola em ponto, bainha recortada, fecho de botão de coco, bolso com aplicação de peito é a prova disso mesmo.



## AUTOMÓVEL

### Sem falsa modéstia

O super-desportivo Mercedes AMG GT R Pro é o mais rápido da marca. Está interessado? É preciso, antes, pensar... pensar e... pensar muito bem. Até porque as poucas unidades disponíveis foram todas despachadas em apenas alguns dias. Por um valor antipático para com os bolsos demasiado modestos.

O motor V8 bi-turbo tem 585 cavalos, mas uma série de melhorias deixou-o mais rápido. Em apenas 3,5 segundos chega aos 100 km/h.

Um dos segredos para a alta velocidade está na fibra de carbono. A parte de frente é feita do material para manter o peso baixo, e também para ajudar os engenheiros a manter o equilíbrio da massa em 50/50.

O mesmo material aparece na asa traseira, suportada por colunas de alumínio, peça responsável por gerar downforce e mantê-lo preso ao chão nas curvas. Outra placa do material é posta nas laterais, para o mesmo efeito: mantê-lo rente ao chão e torná-lo mais veloz.

## AGENDA

### LUANDA

#### 13 DE FEVEREIRO

Especial Dia dos Namorados; Bazar, no Clube Náutico, das 10 às 18 horas.

#### DE 15 DE FEVEREIRO

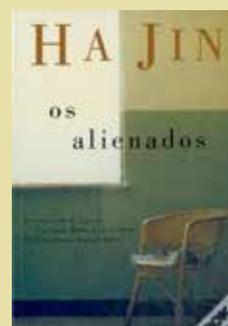
#### A 5 DE MARÇO

'Webinar': Direito das Finanças Pessoais, com o especialista em Regulação Económica, Financeira e Fiscal, Miguel de Carvalho. Inscrições a 25 mil kwanzas.

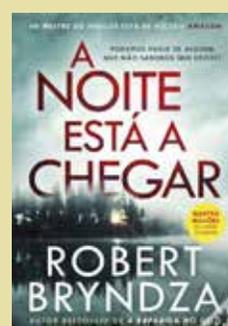
#### 27 DE MARÇO

O grupo teatral Harmonia apresenta a peça infantil 'A Cidade do Sol', no Belas Shopping e no Cinemax. Com quatro sessões disponíveis: 09h30, 10h35, 11h40 e 12h45. Bilhete a 3.500 kwanzas.

## LIVROS



**NO BELÍSSIMO NOVO ROMANCE**, o premiadíssimo autor de à Espera aprofunda o retrato da sociedade contemporânea chinesa enquanto explora o perene conflito entre convenção e individualismo, entre integridade e pragmatismo, entre lealdade e traição.



**QUANDO A DETECTIVE KATE MARSHALL** começa a seguir as pistas do caso, descobre um trilha sangrento que aponta na direcção de um assassino em série activo, escondido da vista de todos. A vítima é, tão-só, a última de várias mortes misteriosas e desaparecimentos ligados a uma mítica figura da região conhecida por se esconder entre a névoa.



## TURISMO

### Beleza esculpida pela natureza

A Capadócia, uma região semi-árida na área central da Turquia, é conhecida pelas inconfundíveis 'chaminés de fada', altas formações rochosas em formato de cone agrupadas no Vale dos Monges, em Göreme e em outros lugares. Outros locais importantes são as casas da Idade do Bronze esculpidas nas paredes do vale por trogloditas (habitantes das cavernas) e usadas posteriormente como refúgio pelos primeiros cristãos. O Vale de Ihlara, com 100 metros de profundidade, abriga várias igrejas esculpidas nas rochas. O voo de balão é uma experiência incrível e realmente imperdível.

O Red Wine House é um bar onde pode experimentar os vinhos locais, que são conhecidos como os melhores vinhos da Turquia. É um local simples, que se parece com uma caverna, com a decoração característica, pedras nas paredes e tecidos coloridos da mesa.

INDICA ESTUDO DA GEOPHYSICAL RESEARCH

# Ar mais limpo devido à pandemia adicionou calor ao planeta

**ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.** Cálculos resultam da comparação do clima para 2020 com modelos de computador que simulam o que teria acontecido sem a redução de emissões provocada pelas medidas de confinamento impostas em muitos países do mundo.

Um estudo científico observou uma subida da temperatura devido à redução de partículas de fuligem e sulfato. Segundo os cientistas, "o ar limpo aquece um pouco o planeta mas mata muito menos pessoas".

As temperaturas em zonas dos EUA, Rússia e China foram

entre 0,3 e 0,37 graus Célsius mais altas durante um curto período de 2020, quando muitos países confinavam devido à pandemia e o ar estava mais limpo.

Este pico de 'febre' na Terra observado em 2020 terá sido causado pela diminuição de partículas de fuligem e de sulfato do escape dos carros e de carvão em chamas que normalmente arrefecem de forma temporária a atmosfera ao reflectirem o calor do sol, segundo indica

um estudo recente publicado na revista 'Geophysical Research'.

De uma forma geral, o planeta esteve cerca de 0,03 graus Célsius mais quente durante o ano porque a atmosfera tinha menos aerossóis de arrefecimento que, ao contrário do dióxido de carbono, é um tipo de poluição visível, refere o estudo noticiado pela Associated Press.

Limpar o ar pode aquecer o planeta porque a poluição (fuligem e sulfato) resulta num arrefecimento" que os cientistas do clima

já conhecem há muito tempo, refere o principal responsável pelo estudo Andrew Gettelman, cientista atmosférico do Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica.

Os seus cálculos resultam da comparação do clima para 2020 com modelos de computador que simulam o que teria acontecido sem a redução de emissões provocada pelas medidas de confinamento impostas em muitos países do mundo.

Segundo Gettelman, este efeito

de aquecimento temporário devido à redução de partículas foi mais forte do que o efeito da redução das emissões de dióxido de carbono, que retêm o calor. Tal deve-se, acrescenta, ao facto de o carbono permanecer na atmosfera por mais de um século enquanto os aerossóis permanecem no ar durante cerca de uma semana.

O ar limpo aquece um pouco o planeta, mas mata muito menos pessoas com a poluição do ar", disse Gettelman.



## ALERTA RELATÓRIO

**É mesmo necessário reduzir emissões poluentes**



As reduções moderadas de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) não chegam para cumprir o Acordo de Paris, indica um relatório, que alerta para o perigo das emissões com origem no degelo do 'permafrost'.

O relatório foi preparado por um consórcio de 57 investigadores de 21 países e apresenta 10 tópicos sobre a ciência do clima cujo conhecimento a ciência consolidou em 2020, dizem os responsáveis, que entregam

# 57

Investigadores elaboraram um relatório com dez tópicos sobre a ciência do clima

quarta-feira o documento a Patrícia Espinosa, secretária executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

Do ano de 2020 resultou, diz-se no documento, uma melhor compreensão da sensibilidade da Terra ao dióxido de carbono, que

reforça a necessidade de cortes ambiciosos das emissões de GEE.

Concluem os cientistas que também as emissões provenientes do degelo do solo até aqui permanentemente congelado ('permafrost'), como a tundra siberiana por exemplo, "são susceptíveis de serem piores do que o esperado".

Outras das conclusões indicam que as florestas tropicais podem ter atingido o pico da capacidade de absorção de carbono e que as alterações climáticas vão agravar seriamente a crise da água e que podem afectar profundamente a saúde mental das pessoas.

## NÚMEROS DA SEMANA

695

Projectos aprovados dos 1.223 submetidos à banca no âmbito do Prodesi

8

Bancos dos 23 que cumpriram o aviso do BNA de conceder crédito no valor mínimo de 2,5% do seu activo líquido.

52

mil milhões de kwanzas Receita arrecada pelo Porto de Cabinda em 2020, mais 175 milhões em relação a 2019.

20

Mil toneladas de bananas previstas para exportação, este ano, da empresa Novagrolider, depois de exportar 11 mil toneladas, em 2020.



## AIPEX MOBILIZA

## Fórum de investimento para África

A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (Aipex) já trabalha na mobilização de empresários e investidores nacionais para a sua participação na edição deste ano do Fórum AFSIC - Investir em África, a realizar-se de 5 a 7 de Maio, em Londres.

A organização esclarece que o evento proporcionará múltiplas oportunidades de 'networking' para os líderes empresariais, investidores e homens de negócios. O fórum inclui 'matchmaking', ferramenta para facilitar o processo de encontro com investidores, específicos por país, eventos sectoriais, workshops e uma sofisticada aplicação para eventos e reuniões que permite aos delegados treinamento até um mês antes de reuniões críticas de investimento. Os promotores garantem ainda que todo o ambiente envolvente permitirá que os negócios de investimentos sejam originados e concluídos no decurso do fórum.

O AFSIC é considerado o maior evento de investimento para África que ocorre, anualmente, fora do continente.

## ASSUME INVESTIMENTO EM CRIPTOMOEDAS

# Investidor demarca-se de contacto exposto pela CMC

Um indivíduo, que se identifica apenas por Filipe, e que viu o seu contacto exposto no comunicado emitido pela Comissão de Mercados de Capitais (CMC), sob alegação de estar a frente da PetronPay Angola, uma plataforma de investimento em activos do sector petrolífero através da moeda bitcoin, explica não ter qualquer ligação com a referida plataforma, mas assume-se como um investidor de criptomoedas.

Em comunicado, a CMC “alerta para o facto de que a entidade que actua através

do website “<https://petronpay.com/>” e utiliza o contacto telefónico n.º 926365808, realizou, no dia 9 de Janeiro de 2021, um Workshop, proferido por António Nascimento, sobre o tema ‘Aprenda sobre o mundo da criptomoeda’, salientando que a PetronPay não está legalmente habilitada a realizar publicidade ou prospecção de clientes dirigidas à celebração de contratos de intermediação financeira.

“Em consequência, as pessoas individuais e/ou colectivas que efectuem operações de investimento através da PetronPay não dispõem dos mecanismos de protecção

a que estão sujeitos os investidores que realizam operações de investimento por intermédio de entidades registadas junto da CMC”, lê-se no comunicado.

Entretanto, contactada pelo VALOR, através do número de telemóvel exposto, a pessoa visada garante ser investidor de criptomoedas por ser livre de fazer investimento em qualquer ramo, seja no formato convencional ou tradicional. E acrescenta que, pelo facto de não constituir crime nenhum diante da legislação vigente em Angola, faz investimentos com base em perspectivas do mercado mundial.

## CASO DA AERONAVE ARRESTADA

## BIC aguarda decisão da PGR depois de entregar a documentação

O Banco BIC aguarda por uma resposta da Procuradoria-Geral da República (PGR) depois de ter entregado a documentação a comprovar o contrato para a utilização da aeronave da Força Aérea Nacional, apreendida, na semana passada, por suposta irregularidade no seu uso.

“Entregamos a documentação agora vamos aguardar a decisão. Dizem que vão resolver

esta semana”, respondeu fonte da instituição bancária.

O Serviço Nacional de Recuperação de Activos, da PGR, afirmou ter resgatado a aeronave que, durante anos, esteve ao serviço do BIC, justificando que não havia qualquer acordo comercial, ou de cedência legal, por parte da Força Aérea nacional. No entanto, o BIC, em comunicado, garante que a aeronave estava ao seu serviço, “sustentado por um contrato firmado com o Estado Maior da Força Aérea, desde 2010” que foi remetido à PGR com “demais documentação de prova de que

não há qualquer ilegalidade ou uso abusivo ou indevido do avião”. E acrescenta que a aeronave “estava inoperacional, a precisar de uma grande reparação” e o BIC propôs a sua reparação, tendo custeado todas as despesas no valor superior a 1,1 milhões de dólares, acrescido de 550 mil dólares de manutenção diverso.

O banco garante ainda que “paga mensalmente 25 mil dólares como renda de utilização da aeronave, valor que é dedutível no investimento antecipado”.